



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 020

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 020**

### **20ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios ..... 05

Indicações ..... 06

Requerimentos ..... 08

Projetos de Lei ..... 10

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Luciana Rafagnin ..... 11

Dep. Ney Leprevost ..... 12

Dep. Luiz Nishimori ..... 13

Dep. Professor Luizão ..... 14

Dep. Marcelo Rangel ..... 14

Dep. Felipe Lucas ..... 15

#### **Grande Expediente:**

Dep. Valdir Rossoni ..... 16

Dep. Augustinho Zucchi ..... 18

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno ..... 20

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 21

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto ..... 22

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira ..... 24

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró ..... 25

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 27

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello ..... 28

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 29

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 31

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 33

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 34

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 35

Discussão/Votação

Discussão Única (Proposição) ... 36

1ª Discussão ..... 42

2ª Discussão ..... 45

3ª Discussão ..... 45

Redação Final ..... 45

Requerimentos ..... 46

**Encerramento da Sessão ..... 46**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias ..... 46

**DIÁRIO Nº 020****20ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
18 DE MARÇO DE 2008**

*(terça-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Fernandes Litro, Miltinho Pupio e Pedro Ivo (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Mensagens:**

MENSAGEM Nº 006/08

Curitiba, 03/03/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que propõe a aprovação de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 15750, de 27/12/07, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), com a criação do Grupo de Natureza do Estado de Despesas: Inversões Financeiras, na Dotação Orçamentária 4103.12361012151 - Infra-Estrutura a Apoio Logístico na Rede Escolar e ao Estudante - Educação Básica, conforme demonstra anexos ao anteprojeto. Saliente-se que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

A medida ora proposta tem por objetivo atender as despesas com a aquisição de dois terrenos, ao lado do Educandário Santa Felicidade, no município de Curitiba, para a conclusão de obras e implantação do Centro Estadual de Educação Especial.

Desta forma, os engenheiros e técnicos da Secretaria de Estado de Obras Públicas debruçaram-se em estudos e concluíram, através de laudos de avaliação que os terrenos que se pretende adquirir somam, respectivamente, 4.446,00m², e 4.174,84m², conforme as escrituras do registro de imóveis e dos referidos laudos trazidos aos autos.

Concluíram também os engenheiros da SEOP que o valor atribuído para a área total é de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) e que se faz necessária a apreciação da Assembléia Legislativa sobre o assunto.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), com a criação do seguinte Grupo de Natureza de Despesa: Inversões Financeiras, na Dotação Orçamentária 4103.12361012.151 - Infra-Estrutura e Apoio Logístico na Rede Escolar e ao Estudante - Educação Básica, conforme Anexos I, II e III desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 007/08

Curitiba, 05/03/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município de Foz do Iguaçu, do imóvel situado na avenida Paraná, nº 1536, constituído do lote nº 0179, do quadrante 10, Quadricula 01, Setor 06, da Quadra 38, com área de 3.584,41m<sup>2</sup>, e edificações que totalizam aproximadamente 1.115,10m<sup>2</sup>, registrado sob matrícula nº 18391, do Cartório de Registro de Imóveis do município de Foz do Iguaçu.

A medida ora proposta consulta aos elevados interesses públicos, eis que a referida área será utilizada para manter instalada e em funcionamento nas edificações já existentes a sede da APAE de Foz do Iguaçu, que atualmente abriga cerca de 500 alunos excepcionais, com programas de educação infantil, ensino fundamental e educação profissional, promovendo assistência a partir do nascimento até pessoas de terceira idade.

A vigência da cessão será até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes e de que o imóvel retornará ao patrimônio do estado, caso se comprove destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Foz do Iguaçu, do imóvel situado na avenida Paraná, nº 1536, constituído do lote nº 0179, do Quadrante 10, Quadricula 01, Setor 06, da Quadra 38, com área de 3.584,41m<sup>2</sup> e edificações que totalizam aproximadamente 1.115,10m<sup>2</sup>, registrado sob matrícula nº 18391, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para manter instalada e em funcionamento nas edificações já existentes a sede da APAE de Foz do Iguaçu, retornando ao patrimônio do estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 008/08

Curitiba, 12/03/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, conforme especifica.

Considerando a instalação das novas unidades hospitalares no exercício de 2008, bem como estudos realizados para a definição do modelo de gestão para essas unidades, encaminho a presente medida à apreciação e aprovação desse Poder Legislativo.

O Governo do Paraná, comprometido com a saúde pública, conforme determina a Constituição da República, entende também que é fundamental valorizar os profissionais que respondem pela direção das Unidades de Saúde, uma vez que a eles cabe a responsabilidade pela condução do melhor atendimento ao público, assim como pela boa gestão das referidas unidades.

Destacamos que essa proposta foi resultante de estudos conjuntos entre a Secretaria de Estado da Saúde - SESA, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL. Para tanto segue, em anexo por cópia autêntica, informações técnicas e demonstrativo das despesas, a mim apresentados pelos titulares das referidas Pastas.

Certo de que a medida receberá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Ficam criados, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, para atender as unidades hospitalares, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I. Para as Unidades Hospitalares de Porte I:

a) 06 (seis) cargos de Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-1;

b) 18 (dezoito) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-4;

c) 12 (doze) cargos de Chefe de Núcleo Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-5;

- d) 54 (cinquenta e quatro) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-5;
- II. Para as Unidades Hospitalares de Porte II:
- a) 07 (sete) cargos de Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo DAS-1;
- b) 14 (catorze) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo DAS-4;
- c) 14 (catorze) cargos de Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo 1-C;
- d) 35 (trinta e cinco) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo 1-C; e
- III. Para as Unidades Hospitalares de Porte III
- a) 03 (três) cargos de Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo DAS-4;
- b) 06 (seis) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo DAS-5;
- c) 06 (seis) cargos de Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo 2-C;
- d) 06 (seis) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo 2-C.

Art. 2º Ficam extintos, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I. 02 (dois) cargos de Diretor Geral de Hospital Porte I, símbolo DAS-4;
- II. 06 (seis) cargos de Diretor Geral de Hospital Porte II, símbolo DAS-4;
- III. 02 (dois) cargos de Diretor Geral de Hospital Porte III, símbolo 2-C;
- IV. 06 (seis) cargos de Diretor de Hospital Porte I, símbolo DAS-5;
- V. 12 (doze) cargos de Diretor de Hospital Porte II, símbolo 1-C;
- VI. 04 (quatro) cargos de Diretor de Hospital Porte III, símbolo 2-C;
- VII. 04 (quatro) cargos de Chefe de Núcleo de Hospital Porte I, símbolo 4-C;
- VIII. 12 (doze) cargos de Chefe de Núcleo de Hospital Porte II, símbolo 5-C;
- IX. 04 (quatro) cargos de Chefe de Núcleo de Hospital Porte III, símbolo 5-C;
- X. 18 (dezoito) cargos de Chefe de Seção de Hospital Porte I, símbolo 4-C;
- XI. 30 (trinta) cargos de Chefe de Seção de Hospital Porte II, símbolo 5-C; e
- XII. 04 (quatro) cargos de Chefe de Seção de Hospital Porte III, símbolo 5-C.

Art. 3º Fica transformado, na Secretaria de Estado da Saúde, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, símbolo DAS-4, para 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidades Próprias, símbolo DAS-1.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios

Sob os nºs CTL/CC nº 523/07, 055/08, 056/08 e 057/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADOS os Projetos de Lei nºs: **Anote-se - Arquite-se.**

696/07: De autoria do Deputado Durval Amaral que, reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene ou combustível para avião, que passa a ser de 5%, o qual convertido em Lei tomou o nº 15789. **Anote-se - Arquite-se.**

695/07: De autoria do Deputado Antonio Anibelli que, denomina de Prefeito Paulino Stédile o trecho da Rodovia PR-562, do município de Coronel Vivida ao de Honório Serpa, o qual convertido em Lei tomou o nº 15786. **Anote-se - Arquite-se.**

713/07: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, denomina Victor de Almeida Barbosa o Hospital Infantil localizado na rua XV de Novembro, s/nº, bairro Bom Jesus no município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o nº 15787. **Anote-se - Arquite-se.**

329/07: De autoria do Deputado Dr. Batista que, institui no âmbito do estado do Paraná o Programa: Uma Criança, Uma Árvore, o qual convertido em Lei tomou o nº 15788. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC nº 028/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 6140/07/SEED, acerca da Indicação Legislativa nº 525. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 029/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 017/08/SEAB, acerca da Indicação Legislativa nº 508. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 031/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 028/07/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 369. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 034/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 003/07/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 399. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 044/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 230/07/SECJ, acerca da Indicação Legislativa nº 537. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 061/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 001/08/SEFA, acerca da Indicação Legislativa nº 610. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 062/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 001/08/SEFA, acerca da Indicação Legislativa nº 618. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 063/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 226/08/SEPL, acerca da Indicação Legislativa nº 634. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 064/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 060/08/SEPL, acerca da Indicação Legislativa nº 589. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 065/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 227/08/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 627. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 066/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 121/08/SESA, acerca da Indicação Legislativa nº 378. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 067/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 450/08/SEED, acerca da Indicação Legislativa nº 623. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 068/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 273/08/SEED, acerca da Indicação Legislativa nº 530. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 069/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 267/08/SETI, acerca da Indicação Legislativa nº 628. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 070/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 154/08/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 616. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 088/08 do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo referido Tribunal durante o 4º trimestre de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 20-C/08-GAB/DEPEN do Sr. Mauricio Kuehne - Diretor Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, encaminhando cópia da Resolução nº 016, de 17/12/03, que Dispõe sobre as Diretrizes Básicas da Política Criminal quanto à prevenção do delito, administração da justiça criminal e execução das penas e das medidas de segurança, com o propósito de divulgá-la e implementar as Diretrizes da referida Resolução. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 187 CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado - Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Convênio nº 031/07, bem como o extrato publicado no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 781/08-GC/SGPDH/SEDH/PR do Sr. Euvaldo M. Bittencourt Junior - Gerente de Projeto da Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Presidência da República, informando que foi firmado Convênio nº 127/07 entre a união, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 007/08

Curitiba, 18/03/08.

Senhor Presidente:

Venho através do presente, solicitar a V. Exa. o uso do Grande Expediente na sessão do dia 27/03/08 para que o SINDIQUIMICA possa fazer um breve relato sobre o balanço dos 15 anos de privatização do setor de fertilizantes no País e suas conseqüências para a sociedade.

Sendo o que tenho para o momento agradeço a sua atenção para o exposto.

Atenciosamente.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

## Indicações

INDICAÇÃO Nº 058/08

### SÚMULA:

Sugere a criação de Plano Estadual para desenvolvimento do Turismo no estado do Paraná.

Art. 1º Fica criado o Plano Estadual do Turismo, com o objetivo de:

I - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação dos órgãos e entidades que desempenham funções no campo do turismo;

II - viabilizar e promover o acesso ao turismo, inclusive para a população de baixa renda, implementando políticas e programas de investimentos e subsídios.

Art. 2º Na estruturação, organização e atuação do Plano Estadual de Turismo deverão ser observados os seguintes objetivos fundamentais:

I - estimular o desenvolvimento do turismo no estado do Paraná;

II - ampliar e melhorar a infra-estrutura turística dos municípios paranaenses;

III - ampliar e diversificar a oferta turística do estado, através do incentivo ao surgimento de novos produtos turísticos e ao fortalecimento de produtos turísticos e ao fortalecimento de produtos ainda não consolidados;

IV - assegurar a sustentabilidade dos produtos turísticos do estado, sejam novos ou pré-existentes;

V - incentivar o surgimento e a consolidação de produtos turísticos de qualidade em todas as regiões do estado;

VI - auxiliar na promoção e divulgação do produto turístico paranaense, bem como contribuir para a imagem do estado do Paraná, interna e externamente;

VII - assegurar que o turismo no estado do Paraná seja efetivamente um instrumento de geração de emprego e renda, de resgate e valorização histórico-cultural e de recuperação e conservação ambiental.

VIII - subsidiar a manutenção da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - AMUTUR, entidade fundamental para o desenvolvimento sustentável do Turismo no estado;

Art. 3º O Plano Estadual do Turismo compor-se-á de recursos advindos de:

I - dotações e créditos específicos consignados no orçamento do estado;

II - doações;

III - legados;

IV - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

V - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa, contemplados com recursos do Plano Estadual do Turismo;

VI - saldos de exercícios anteriores;

VII - recursos de outras fontes.

Art. 4º Caberá a Gestão do Plano Estadual do Turismo ao Comitê Gestor do Plano Estadual de Turismo, especialmente criado para este fim.

Art. 5º O Comitê Gestor do Plano Estadual do Turismo compor-se-á inicialmente de 7 (membros):

I - Presidente da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - AMUTUR, como Presidente;

II - Representante da Secretaria de estado do Turismo, como membro efetivo;

III - Representante do Conselho Consultivo de Turismo do Estado, como membro efetivo;

IV - Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como membro efetivo;

V - Presidente da FEMUPAR - Federação das Associações de Municípios do Paraná, como membro efetivo;

VI - Presidente da AMP - Associação dos Municípios do Paraná, como membro efetivo;

VII - Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná - ABAV-PR, como membro efetivo.

Parágrafo Único. Os membros do Comitê Gestor do Plano Estadual do Turismo poderão deliberar e aprovar a exclusão de membros, bem como a inclusão de novos membros.

Art. 6º Poderão ser beneficiários do Plano Estadual do Turismo planos, programas e projetos que tenham como proponentes:

I - Prefeituras de municípios paranaenses filiados à Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - AMUTUR, bem como órgãos, autarquias, fundações e outras entidades da Administração Pública desses municípios;

II - Empresas privadas ligadas à atividade turística, filiadas a entidades representativas do respectivo segmento;

III - Entidades sem fins lucrativos reconhecidos por lei estadual como de utilidade pública;

IV - Outras entidades ou instituições julgadas aptas, pelo Comitê Gestor do Plano Estadual do Turismo, a fazerem jus aos recursos do Plano Estadual do Turismo.

Art. 7º Poderá o Poder Executivo regulamentar a presente lei, sendo assegurada a participação de representantes do Comitê Gestor do Plano Estadual do Turismo na elaboração de decreto regulamentar.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.08.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação busca trazer uma modernização no tratamento direcionado para a questão do turismo em nosso estado.

A criação do Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo visa a implementação de objetivos que por certo auxiliarão no desenvolvimento pleno do turismo no estado do Paraná, incrementando o desenvolvimento deste ente federativo. Isto porque, bem se sabe que o Turismo deve receber a maior atenção possível, posto representar importante fator de crescimento, seja na geração de empregos ou no aumento da receita a ser arrecadada. Cabe neste passo transcrever o artigo 180 da Carta Magna Federal:

*Art. 180. A união, os estados, o distrito federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.*

No que tange a parte técnica, sob a ótica constitucional, devem ser destacados os pontos que seguem.

Na Constituição do Estado do Paraná, é trazido o seguinte texto:

*Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união, legislar sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle de poluição;*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;*

Assim, somos de opinião que a presente indicação poderá contribuir de modo relevante para o desenvolvimento do turismo e do estado do Paraná como um todo.

INDICAÇÃO Nº 059/08

Senhor Presidente:

O Presidente que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, vem solicitar junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública a implantação de unidade regional do Instituto Médico Legal do Estado do Paraná no município de Irati.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de indicação formulada no intuito de solicitar ao Governo do Estado do Paraná a implantação de unidade regional do Instituto Médico Legal (IML) na cidade de Irati.

O Instituto Médico Legal tem por atribuição a realização de perícias médico-legais em cadáveres, partes de corpos, ossadas completas ou não, e em pessoas vivas, além de exames complementares (laboratoriais) nas áreas de anatomia patológica, toxicologia, química legal e sexologia forense, requisitadas por autoridades policiais e judiciárias, necessárias ao esclarecimento dos processos policiais, judiciais e administrativos.

Tal pleito se justifica na grande demanda pelos serviços prestados pelo citado instituto na região dos municípios que compõem a AMCESPAR (Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Estado do Paraná).

#### INDICAÇÃO Nº 060/08

##### SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado, Roberto Requião, a criação da Universidade Estadual da Região Metropolitana de Curitiba.

O Deputado que a presente subscreve, usando das atribuições regimentais, conforme o artigo 127 e seus respectivos parágrafos, sugere ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná a adoção de medidas junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para a criação da Universidade Estadual da Região Metropolitana de Curitiba, diante das seguintes considerações:

a) Os 21 municípios que formam a ASSOMECA, incluindo a capital do estado - Curitiba, não possuem uma universidade estadual, ficando nas dependências da UFPR e das demais universidades e faculdades privadas, para buscarem o seu curso de graduação;

b) Esses mesmos municípios possuem uma população de 2.600.000 habitantes, somados aos municípios da AMSULEP, que em sua maioria fazem divisa com a região metropolitana de Curitiba;

c) Enquanto isso a região do norte novo é coberta pela Universidade Estadual de Londrina - UEL; a região noroeste é coberta pela Universidade Estadual de Maringá - UEM; a região dos campos gerais, recebe os cursos da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

d) Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, abrangendo a maior parte dos municípios do oeste do estado, são atendidos pelos cursos da UNIOESTE; Irati e Guarapuava com os municípios da região Central, tem a gratuidade dos cursos da UNICENTRO; os municípios como Paranavaí e Campo Mourão, completam o atendimento da região noroeste, com as Faculdades Estaduais FAFIPA e FECILCAM; as faculdades FAFICP e FAFIJA em Cornélio Procopio e Jacarezinho, respectivamente, completam o atendimento aos municípios do norte pioneiro. A FACEA de

Apucarana estende os benefícios do ensino gratuito até os municípios do Vale do Ivaí e a FAFIUV atende a população estudantil de nível superior em União da Vitória e região. E completando a FAFIPAR, com sede em Paranaguá, estende os seus ramos educacionais para o litoral paranaense.

e) Os princípios constitucionais dizem: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição”.

f) Como representante de grande parte da região metropolitana de Curitiba, principalmente, Fazenda Rio Grande e Mandirituba, onde em todas as eleições recebo a maioria absoluta dos votos, venho sugerir a criação e a implantação da Universidade Estadual da Região Metropolitana de Curitiba.

Aguardando o real interesse do Sr. Governador, o Deputado abaixo subscrito, solicita providências para o atendimento dessa Indicação, objetivando atender os anseios de 2.600.000 habitantes da região acima descrita.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### INDICAÇÃO Nº 061/08

##### SÚMULA:

Sugere a criação dos serviços de atendimento à saúde do ParanaPrevidência, nos moldes que era proporcionado pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Ao Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Cria os serviços de atendimento à saúde do ParanaPrevidência, nos moldes que era proporcionado pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE.

II - estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações dos servidores na ativa, aposentados e pensionistas do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) DR. BATISTA

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, CIDA BORGHETTI, EDGAR BUENO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI e ELIO RUSCH



## REQUERIMENTO Nº 494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) TERUO KATO

## REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Péricles de Mello (PT), que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 158, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após aprovado o duto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia de hoje, por dez Sessões, a Proposição nº 015/08 referente ao Veto apostado ao Projeto de Lei nº 780/07, item 14 da Ordem do Dia de hoje, de minha autoria que determina que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

## REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, na condição de Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente desta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, autorização para o uso das dependências do Plenarinho no dia 17 de abril próximo, das 9h às 17h, onde será realizado Seminário Suprapartidário - Participação das Mulheres na Polícia.

Sala das Sessões, Em 18/03/08.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Adolfo Krauser, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a consagração nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao município de Itaipulândia, na

pessoa do Sr. Prefeito Vendelino Royer, em virtude de conquistar o 1º lugar no ranking divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, como a cidade que mais investe na área da saúde e saneamento no Brasil.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## JUSTIFICATIVA:

O município de Itaipulândia, localizado na região oeste do estado, possuindo cerca de 8.500 habitantes, lidera o ranking de gastos e saneamento, recebendo uma posição de destaque no Brasil, onde redes de esgoto e serviço público de saúde com qualidade são raros.

Trata-se de resultado da pesquisa Trata Brasil, realizada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, no ano passado, indicando que o município investe na área da saúde e saneamento o valor de R\$ 859,73, por morador.

Com uma política voltada a prevenir doenças e oferecer um serviço de saúde de qualidade ao usuário, no município dificilmente há filas nos seus cinco postos de saúde.

O paciente que precisa de cirurgia de pequena e média complexidade é atendido gratuitamente no hospital de Itaipulândia, com 28 leitos, totalmente construído com recursos municipais.

O Sistema Único de Saúde - SUS, só é utilizado para atender moradores que necessitam de exames de alta complexidade e precisam ser encaminhados para outros municípios dispondo o setor de saúde de uma ambulância UTI móvel para casos de remoções urgentes.

O município disponibiliza também sessões gratuitas de Fisioterapia, Psicologia e Fonoaudiologia.

A rede de esgoto atende 65% da cidade, percentual considerado ótimo pela Organização Mundial da Saúde - OMS, e na zona rural apenas três propriedades não dispõe de água potável em razão da localização.

Por ter alcançado esta liderança, através do esforço, dedicação e exemplar administração do Prefeito Vendelino Royer, entendemos justa e merecida esta proposição, deixando registrado nos Anais desta Casa essa relevante conquista para aquela comunidade e para os paranaenses.

## REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, após ouvido o duto Plenário, votos de louvor ao Sr. José Osvaldo Morales, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Solicito especial gentileza em notificá-lo no endereço rua Boa Vista, nº 63, 10º andar, São Paulo - SP, CEP: 01014-001.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(aa) ALEXANDRE CURI

OSMAR BERTOLDI

**REQUERIMENTO Nº 483**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Sr. Coronel Nemésio Xavier de França Filho, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná solicitando aumento emergencial do número de efetivo de Policiais Militares no município de Colombo.

Trata-se de uma situação crítica, pois o município é considerado um dos mais violentos da região metropolitana, possui uma população com aproximadamente 240 (duzentos e quarenta) mil habitantes e conta com cerca de 42 policiais, tendo a trágica estatística de 1 (um) policial para mais de 5 (cinco) mil habitantes. Apenas nos meses de janeiro e fevereiro foram registrados 24 homicídios.

Portanto, faz-se necessário o aumento imediato de no mínimo 20 Policiais Militares, para dar condições básicas de equiparação do município com outros do mesmo porte populacional.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) EDSON STRAPASSON

**REQUERIMENTO Nº 484**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Sr. Coronel Nemésio Xavier de França Filho, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná solicitando informações referentes ao número de efetivo de policiais militares nos municípios de Londrina, Guarapuava, Campo Mourão, Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) EDSON STRAPASSON

**REQUERIMENTO Nº 478**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot e ao Superintendente da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Eduardo Requião, informar, relativamente ao Terminal de Álcool de Paranaguá, o que segue:

1. Os recursos para construção do terminal de álcool em Paranaguá, inaugurado em outubro último, são provenientes da união ou do estado? Informar em qual unidade orçamentária foi previsto tal recurso e sua respectiva fontes (rubricas orçamentárias).

2. Qual o custo total da construção de terminal e das medidas necessárias ao seu funcionamento?

3. A construção do terminal foi administrada pela própria APPA? De quem é a responsabilidade pelos projetos técnicos para construção do terminal? De quem é a responsabilidade pela definição, escolha e compra dos materiais utilizados para construção do terminal (depósitos, dutos, etc) e respectivos equipamentos?

4. Existe algum laudo técnico atestando a incompatibilidade do material utilizado na construção dos depósitos, dutos e equipamentos em relação ao produto que nele será armazenado?

5. Caso sejam necessárias adaptações técnicas para seu efetivo funcionamento, qual o custo das mesmas? Há previsão orçamentária para tanto?

6. O terminal já entrou em funcionamento? Está em funcionamento? Em caso negativo, quando entrará em funcionamento? Quando estará, efetivamente, em condições de receber álcool em seus depósitos?

7. Em que consiste a atividade do terminal? Como atua ou como está prevista a atuação do terminal, no momento em que efetivamente puder entrar em operação?

8. É a própria APPA quem administra, ou administrará este terminal? Em caso contrário informar qual a empresa e o processo que resultou na escolha da empresa administradora? Juntar cópia do processo licitatório e do correspondente contrato.

9. Qual a capacidade de armazenamento do terminal? Quanto álcool já foi armazenado ou está hoje armazenado no terminal?

10. O terminal de álcool está situado em área alfandegada?

Sala das Sessões em, 18/03/08.

(aa) PLAUTO MIRÓ, RIBAS CARLI FILHO, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO e OSMAR BERTOLDI

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 098/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica alterada a redação do parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 14961 datada de 21/12/05, que passa a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais artigos inalterados:

“Art. 2º ...

Parágrafo Único. A gratificação técnica de que trata este artigo é devida a partir da data de averbação da declaração de conclusão de curso superior, emitida pela faculdade, centro universitário ou universidade, devidamente habilitadas para tal, nos registros funcionais do policial militar, após reconhecimento em processo próprio pelo Comandante Geral da PMPR e homologação do Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do estado, sem operar efeito financeiro retroativo em qualquer hipótese.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa acelerar o recebimento deste benefício aos policiais que tenham concluído curso superior, não dependendo da burocracia de expedição dos diplomas, bastando a declaração hábil expedida pela entidade competente.

PROJETO DE LEI Nº 099/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a utilização da Tabela Price ou outro método de juros compostos, como sistema de amortização do saldo devedor nos contratos habitacionais de mútuos firmados entre a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR - e mutuários paranaenses.

§1º Fica permitida somente a utilização de juros simples para a amortização do saldo devedor restante dos contratos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/03/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Estadual nº 119/07, definiu como função da COHAPAR a execução dos programas habitacionais do estado, visando atender o déficit habitacional.

Evidentemente que esta carência se encontra, prioritariamente, na população de baixa renda, que não possui recursos próprios para aquisição de sua moradia, contando com o apoio estadual.

Portanto, podemos concluir que, o fim a ser objetivado pelo estado e pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR - será o social, não visando qualquer espécie de vantagem financeira.

Em razão deste fim nobre, cabe ao Governo do Estado e a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR - expurgar dos contratos qualquer abusividade, que torne demasiadamente oneroso o contrato firmado entre os mutuários e a companhia em questão.

Atualmente, a COHAPAR utiliza em seus contratos o Sistema Price ou Sistema Francês como fórmula de amortização do saldo devedor, adotado por praticamente todas as instituições financeiras, que visam necessariamente o lucro.

Ocorre que, a “Tabela Price” tem como supedâneo os juros compostos, utilizados de forma capitalizada, compreendido como juros sobre juros, sendo um sistema mais oneroso para o mutuário.

Os tribunais pátrios têm reprovado a cobrança de juros sobre juros, inclusive o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A discussão já chegou por inúmeras vezes as mais altas cortes deste país, chegando ao ponto de ser o tema sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual relata que é vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada (Súmula 121 do STF).

O Decreto Lei nº 22626/33 também estabeleceu em seu artigo 4º que é proibido contar juros dos juros, esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano.

Na verdade, o que deveria ocorrer é a incidência de juros somente sobre o capital inicial, se assim o fosse, com o pagamento das prestações, o capital inicialmente emprestado sofreria uma diminuição natural, o que não se verifica, pois os mutuários já pagaram expressiva quantia e continuam devendo uma quantia considerável.

Assim, tendo em vista tais ponderações, considerando o fim com que foi criada a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR - e a legislação em vigor, deve ser vedada a utilização do Sistema Price para amortização do saldo devedor nos contratos de mútuos.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente, Sra. Deputada Luciana Rafagnin, por cinco minutos.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a tribuna para falar que temos uma grande preocupação no projeto que vamos votar hoje. Na verdade vamos votar o veto do Governador, Projeto de Lei nº 780/07, do Deputado Péricles de Mello. É um projeto que entendemos a preocupação do Deputado, que é resolver a situação de mais de 30 mil pessoas que tiveram o ensino superior a distância, cursaram pela VIZI-VALE, pelo IESDE e que sabemos que hoje existe o problema na emissão dos certificados.

É importante, porque a preocupação do Deputado Péricles com esse projeto era resolver esse assunto. Infelizmente, não foi conseguido através desse projeto. Temos uma grande preocupação, Deputado Dobrandino, porque são mais de 30 mil pessoas que estão esperando uma solução para esse problema. Mas quero ao mesmo tempo parabenizar o Deputado Péricles pelo bom desempenho, pelo trabalho brilhante que vem fazendo junto com os demais Deputados da Comissão de Educação, na busca da solução desse problema.

Quero dizer que estamos juntos tentando resolver. O que depender desta Deputada, estamos nos somando para buscar uma solução para este caso.

O que me traz à tribuna no dia de hoje, o assunto principal - de uma maneira especial gostaria de me reportar aqui aos Deputados do sudoeste, Deputado Traiano, Deputado Zucchi - ontem esta Deputada esteve em Brasília, tínhamos várias Audiências, mas uma que consideramos de grande importância é com relação à luta que a região sudoeste seja contemplada também com *campus* da Universidade da Mesorregião. Essa luta já começou há cerca de quatro anos, quando as entidades, o Fórum da Mesorregião, o Fórum das Entidades, envolvendo a FETRAF Sul, ASSESOAR, a AMSOP, ACAMSOP, elas vêm se reunindo e discutindo a importância de uma Universidade da Mesorregião que contemplasse o oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná e o norte do Rio Grande do Sul.

Após uma discussão de quatro anos, no ano passado tivemos o anúncio, pelo Ministro da Educação, Ministro Fernando, que anunciou que vai ser implantada a Universidade da Mesorregião, contemplando o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Mas no anúncio, o Ministro colocou que na decisão do MEC o *campus* do Paraná, a sede vai ser no município de Chapecó. O Rio Grande do Sul vai ser contemplado com dois *campi* e o Paraná com um *campus*, no município de Laranjeiras do Sul. Em nenhum momento o sudoeste foi contra a decisão do MEC de que Laranjeiras não fosse beneficiada ou contemplada com esse *campus*. Todo o momento o sudoeste e esta Deputada sempre nos manifestamos que Laranjeiras também é merecedora desse *campus*. É uma região que precisa ser desenvolvida e, com certeza, o *campus* da Universidade vai trabalhar para que Laranjeiras se desenvolva ainda mais. Mas, em todo momento falamos que íamos continuar a luta para que o sudoeste fosse também incluído e contemplado com esse *campus*, porque é natural que depois de quatro anos de trabalho, de reuniões, é natural que o sudoeste seja incluído.

É nesse sentido, que não paramos a nossa luta. E ontem estivemos em Brasília, conversamos novamente com o Ministro Paulo Bernardo - e aqui quero dedicar os parabéns ao Ministro, porque fez um trabalho excelente junto ao MEC - e o Ministro, através do Secretário Executivo do MEC, Henrique Paim, anunciou que o sudoeste vai ser contemplado e a Universidade, o *campus* da Universidade vai ser no município de Realeza, tendo em vista que a decisão principal era no município de Francisco Beltrão. Como Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos já são contemplados com o ensino superior, não poderiam ser contemplados novamente. É um critério do MEC, o qual acho justo. Esses municípios já estão contemplados com o *campus* da Universidade Tecnológica Federal. O MEC decidiu que vai para o município que ainda não foi beneficiado com ensino superior federal.

E o município que estava na sequência, que estava inscrito e que esteve a todo momento na luta, era o município de Realeza. Já foi autorizado, o Sr. Henrique Paim, que é o Secretário Executivo do MEC, está concluindo o projeto, no qual inclui Realeza. Vai ser encaminhado e a

previsão é que no início de abril esse projeto já entre no Congresso e o sudoeste também vai ser contemplado.

Ganha com isso o Paraná, porque vai poder contar com dois *campi* de Universidade Federal, um no município de Laranjeiras do Sul e outro em Realeza, no sudoeste do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ney Leprevost.

## **Deputado Ney Leprevost (PP)**

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos paranaenses que honram a Assembléia Legislativa, na tarde de hoje, com a sua presença, vindo a esta Casa para exercer a cidadania, para cobrar a atuação dos Parlamentares, em defesa dos interesses mais legítimos do povo do Paraná. Parabéns a vocês que assim o fazem. E o tema que estará sendo discutido posteriormente por outros Parlamentares e também com a nossa participação, sem dúvida alguma, é um tema de grande interesse das senhoras e dos senhores.

Sr. Presidente, tenho ocupado esta tribuna com uma postura, certas vezes, bastante crítica para fazer cobrança ao Governo na área de Saúde, para fazer cobranças ao Governo na área de Segurança Pública, principalmente aqui na Capital e na região metropolitana, até mesmo para denunciar o envolvimento do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que tão paparicado já foi aqui no estado do Paraná, com as FARC, e eu já utilizei essa tribuna.

Aliás, Deputado Valdir Rossoni, na semana passada, o Senador Gerson Camata, que é do PMDB, fez um pronunciamento no Senado da República denunciando o envolvimento do Chávez com as FARC e denunciando que as FARC já estão instaladas em território brasileiro.

Encaminhei ao Presidente da República, ao Superintendente da Polícia Federal e ao responsável pela ABIN - Agência Brasileira de Inteligência, uma solicitação pedindo esclarecimento sobre esse assunto, perguntando se realmente é procedente essa denúncia, já que o Presidente do Equador, Rafael Correa, quando esteve aqui no Brasil, havia feito alerta semelhante, havia feito menção à presença das FARC em território nacional.

Mas não é esse o principal assunto do meu pronunciamento na tarde de hoje. Não sei se devido à Páscoa, esse espírito cristão que toma conta das pessoas quando se comemora a data de ressurreição do Senhor Jesus Cristo, acho que é o espírito da Páscoa que me faz, esta semana, estar com uma postura - eu diria assim - mais light aqui na Assembléia Legislativa, uma postura talvez não tão crítica. E é por isso que quero ocupar esta tribuna, hoje, para falar de um bom assunto, de um assunto positivo. Venho aqui para trazer boas novas, na tarde de hoje.

Como os senhores sabem, fui Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, aqui no Paraná. Na nossa época o esporte era valorizado. Aconteceu o Piá Bom de Bola, maior programa social, educacional e esportivo deste estado, com a participação de mais de 200 mil crianças, diminuindo a evasão escolar no Paraná, porque pré-requisito para participar do Piá Bom de Bola era a criança frequentar a sala de aula.

Aconteceu a inauguração do Centro de Excelência do Basquete, onde participaram mais de 3 mil crianças, Centro de Excelência do Hand Ball, do Vôlei, do Xadrez, do Surf. Fizemos o Programa Pintando a Liberdade. Colocamos os detentos para trabalhar, confeccionando material esportivo para as escolas públicas do interior. Na nossa época o preço trabalhava. E o velho ditado, que muitos conhecem: cabeça desocupada é oficina do diabo. Por isso, defendo que preso deve trabalhar. E o Programa Pintando a Liberdade é extraordinário, porque os presos, além de terem um ofício, têm a oportunidade de se ressocializar e garantir um sustento aos seus filhos, já que o filho do preso não tem culpa pelo crime que o pai cometeu.

Mas a boa nova que quero dar, objetivamente, é a seguinte: ontem estive com o Prefeito Beto Richa. Curitiba vai ganhar, até o final deste ano, 83 novas quadras esportivas nas escolas públicas no município; 83 quadras esportivas nas escolas da capital o estado, para que as crianças fiquem longe das drogas, do crime, da violência, e dentro da escola.

Esta é a boa nova que quero trazer hoje, como Deputado que representa Curitiba e região metropolitana, e dizer que está de parabéns a Prefeitura, por investir no esporte, porque esporte é vida, é saúde, e também um excelente instrumento de transformação social para nossas crianças e nossa juventude.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Nishimori.

### ***Deputado Luiz Nishimori (PSDB)***

O SR. LUIZ NISHIMORI

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna para discorrer sobre a agricultura do Paraná, cujo tema conheço muito bem, por ser agricultor há muito tempo.

Tenho dito sempre que o Paraná é um estado essencialmente agrícola e a agricultura é uma das atividades mais importantes, mas também, a mais sacrificada.

É uma atividade de sacrifícios e dificuldades, porque depende sempre dos fatores climáticos e fatores econômicos.

A produção da lavoura é assim: ‘as vezes falta chuva, outras vezes chove demais; sofre com o granizo, com as geadas e outras intempéries. Além disso, está

sempre exposta ao mercado flutuante e essas oscilações do mercado quase sempre causam altos prejuízos ao produtor rural.

Se a produção é alta o preço baixa; se o preço sobe é porque a produção foi afetada por algum tipo de contra-tempo.

Temos praticado no Brasil uma agricultura de custo altíssimo, usando fertilizantes caros, com preços absurdos, fruto de um verdadeiro cartel que monopoliza o comércio de defensivos e máquinas agrícolas. Esses problemas são sérios para os agricultores, pois os preços dos insumos são altíssimos.

Este ano, a agricultura foi abençoada por Deus, pois teve um clima favorável na safra de verão com os preços em elevação.

Mas, já tivemos três anos de estiagem no estado, causando prejuízos incalculáveis.

Parte dos agricultores do estado se encontra hoje em situação difícil, com dívidas em bancos, cooperativas, fornecedores, com meses de juros acumulados.

É verdade que com a safra deste ano e os bons preços que estão sendo praticados na agricultura, poderão equilibrar a sua situação financeira, colocando novamente em dia a sua vida econômica.

Dados da FAEP apontam que o quinto levantamento da safra de grãos de 2007/2008, realizado pela CONAB, mostra crescimento de 3,5% na produção brasileira e relação ao ciclo anterior, o que leva o país a produzir 136,3 milhões de toneladas.

Esses dados foram apresentados em Brasília no último dia 12, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que é dirigido pelo paranaense Reinhold Stephanes.

Em comparação à pesquisa do mês passado, o número é 0,4% maior, representando um crescimento de 559,9 mil toneladas na produção nacional.

A razão desse crescimento é a boa produtividade da soja e do milho da primeira safra.

A soja é líder de produção entre os grãos - 58,5 milhões de toneladas - seguida do milho num total de 53,6 milhões de toneladas e do arroz com 12 milhões de toneladas.

Já o feijão de primeira safra apresentou uma leve queda de 5,7% em relação ao mês passado e deve ficar em 1,41 milhões de toneladas produzidas.

A redução da produção do feijão ficou marcada pelas baixas precipitações pluviométricas na época de implantação da cultura e a falta de regularidade na distribuição das chuvas, nos principais estados produtores.

Ao boletim da FAEP afirma que a área de plantação total de grãos ocupou no ciclo 2007/2008, 46,3 milhões de hectares, somando uma área de 0,3% maior que a da safra 2006/2007.

A soja foi que apresentou o maior crescimento, com 0,9% a mais, o que representa um crescimento de 20,69 para 20,88 milhões de hectares plantados, seguido do milho primeira safra, com uma aumento de 2%, o que representa o aumento de 9,49 para 9,68 milhões de hectares de plantio.

Neste contexto, o Paraná tem um papel muito importante, porque a sua safra deve alcançar a casa de quase 29 milhões de toneladas de grãos, demonstrando ser o nosso estado um dos maiores produtores de grãos do país.

Conforme estimativas da CONAB, o estado do Paraná é responsável por 21,2% da colheita nacional, apresentando os grãos de maior expressão econômica do país como o milho, soja e trigo, se destacando como líder de produção.

A safra de soja no Paraná em 2007/2008 deve chegar a uma colheita de 11,9 milhões de toneladas.

E é diante deste quadro que vive, hoje, a agricultura brasileira, que estaremos vigilantes, na cobrança de políticas agrícolas que venham ao encontro da proteção da agricultura e do agricultor do Paraná.

E para terminar, pretendo doravante fazer desta tribuna uma verdadeira trincheira em defesa da agricultura do estado do Paraná.”

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o eminente Deputado Professor Luizão.

### ***Deputado Professor Luizão (PT)***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não se preocupe, Deputado Valdir Rossoni, o assunto que me traz aqui hoje é um assunto propositivo, aliás, a maioria dos meus assuntos são propositivos.

Acho que temos que buscar soluções para os problemas, os mais diversos que se apresentam aqui no Paraná.

Claro que a questão da Segurança, que debatemos ontem, espero que continuemos a buscar soluções, e é nesse sentido que vamos nos pautar aqui. Aproveitando a fala do Deputado Nishimori, que tem elogiado a agricultura do Paraná, muito bem, Deputado Nishimori, o nosso estado tem muito a contribuir para o crescimento do Brasil.

Devo destacar que em 2007 o Brasil cresceu 5,4% e o Paraná cresceu 6%. Isso demonstra a pujança do nosso estado, não só na área da agricultura, mas também na indústria e no comércio.

Recentemente o Brasil foi notícia no Diário Britânico, que publicou 20 páginas sobre o Brasil.

O jornal diz o seguinte: “A pátria do futebol se tornou um importante jogador da economia mundial.” Ele apresenta o Brasil num caderno de 20 páginas. “A entrada de investimentos atinge recordes, exportações de tudo, desde soja a biocombustíveis estão disparando e a renda de ricos e pobres está subindo e gerando boom do consumo. O Brasil está vivendo alta de emprego, baixa inflação e constante crescimento econômico. Após décadas de crise, o maior país da América Latina passa por um período de avanço sustentável que poderá, finalmente, abrir as portas para o enorme potencial de país do futuro”.

Devemos concordar com isso. Embora, muitas vezes, a imprensa internacional divulgue mais o lado positivo do Brasil do que a nossa imprensa, que pega os pontos que têm problemas na Administração Pública e faz disso o assunto mais importante, quando deveríamos estar valorizando esse momento importante que o Brasil está vivendo hoje.

Para este ano é previsto que o Brasil cresça acima de 5%, e esse crescimento é para toda a sociedade, porque o Governo Lula prima pela distribuição de renda, que todos ganhem.

Evidente que os bancos ganham, mas a classe média e a classe mais pobre está resgatando o seu direito de cidadania aqui no Brasil.

Em outras épocas o Governo dava dinheiro para os bancos, coisa que não acontece agora. A economia flui normalmente e todos têm as oportunidades de se dar bem, de acordo com o crescimento do Brasil.

Aqui também o Governo do Paraná vem fazendo as suas incursões para a recuperação dos nossos municípios.

Tínhamos, em Campo Largo, a Tritec que havia fechado. E hoje temos a notícia que a FIAT comprou a Tritec. Com essa nova fábrica, a FIAT vai se tornar a maior fabricante de motores da América Latina, e os empregos que foram perdidos estão sendo recuperados, porque a FIAT vai contratar boa parte dos trabalhadores que foram demitidos no momento do fechamento da Tritec.

Também a Electrolux vai abrir uma nova unidade aqui no Paraná, em Campo Largo.

Então, estamos vendo que o Governo do Paraná está preocupado, está fazendo uma gestão junto às diversas empresas, diversas fábricas, para que as empresas se instalem no Paraná, se instalem nos municípios da região metropolitana de Curitiba. A CCE já está com o projeto quase pronto para se instalar em São José dos Pinhais.

Tenho certeza que estamos caminhando para um crescimento sustentável e o Paraná está avante, está na frente de muitos estados do Brasil, porque tem um Governo que incentiva as empresas, principalmente as pequenas e médias empresas.

Era isso. Obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

### ***Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, Srs. professores, cidadãos do estado do Paraná.

Uso a tribuna para falar um pouco sobre liberdade de imprensa. A liberdade de imprensa é realmente maravilhosa. Sou um dos maiores defensores dessa liberdade nos meios de comunicação. Hoje, subo à tribuna para deixar

registrada uma crítica que recebi na imprensa estadual. As críticas são fundamentais para a democracia e são fundamentais, também, para a evolução profissional e de caráter.

Este editorial, que vou ler neste momento, saiu em um periódico de circulação estadual. Não irei, em hipótese nenhuma, retrucá-lo, em respeito, mas quero que os cidadãos, os Srs. Deputados, as pessoas de bem do estado do Paraná avaliem este texto.

**(Lê):**

“Proteção demais é ilegal.

O Deputado pepista - e aqui começo apenas corrigindo, porque não sou pepista, e sim ppsista - Marcelo Rangel, apresentou proposta, que foi aprovada na ALEP, reservando 5% das moradias no Programa Casa da Família aos portadores de necessidades especiais. Isso além de ilegal é contrário ao interesse da população em geral, que já sofre com alguns benefícios dados a esses portadores de necessidades especiais.

Vejam que já temos a obrigatoriedade de dar emprego a 5% deles em todas as empresas, seja qual for a atividade. Existem vários outros segmentos com essa obrigatoriedade, o que consubstancia uma regalia injustificada. Por ter dependências não significa que sejam improdutivos para todos os setores de trabalho, mas para determinados sim: policial, segurança, caminhoneiro, gari e assim vários outros segmentos. Mas as empresas são obrigadas a dar empregos quando possuem um determinado número de empregados. Mas o que fazer com eles se a atividade não comporta a ineficiência da necessidade especial do portador? Por que financiar casas preferencialmente para eles, em detrimento dos demais cidadãos, contrariando dispositivos constitucionais que pregam a igualdade social?

Os Deputados não tiveram a coragem de barrar a pretensão da proposta, porque ela tem um apelo eleitoreiro. Hoje em dia, votar contra deficiente e pobre é correr o risco de perder voto, e voto vale mais do que o bom senso, da legalidade, da honestidade e do dever cumprido. Eles precisam é de capacitação, assim como 90% da mão-de-obra disponível.

Fabiano Lima - Trovão Azul - 11/03/08.”

Essa, senhoras e senhores, foi a crítica que recebi por ter proposto uma lei para destinação de casas populares para portadores de necessidades especiais.

Em respeito a este órgão, não vou entrar no mérito dessa crítica, mas só abordei isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque temos que ter muita firmeza em propósitos. E é por isso que precisamos de leis importantes como esta que foi aprovada pela Assembleia Legislativa na semana passada, por unanimidade, com aval de todos os Parlamentares para a defesa daqueles que mais precisam: os portadores de necessidades.

Era isso que eu tinha para dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas, por cinco minutos.

## ***Deputado Felipe Lucas (PPS)***

**O SR. FELIPE LUCAS**

Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, platéia que hoje nos acompanha e toda imprensa.

Queria, especialmente ao Deputado Nelson Justus que conduz esta Casa e a todos os Deputados, fazer um agradecimento. Aos 54 Deputados Estaduais. Propusemos um projeto de lei no ano passado que foi aprovado no dia 5 de junho de 2007, o “holodomor”.

Queria explicar um pouquinho para as pessoas o que seria o “holodomor”. É o genocídio. É isso que procuramos e esta Assembleia acabou aprovando, Deputado Nelson Justus, o genocídio, o que ocorreu nos anos 30, principalmente 1932 e 1933, onde morreram aproximadamente entre 8 e 10 milhões de pessoas de todas as idades, quando foi feito o que chamamos de “holodomor”, é morte pela fome. As pessoas morriam de fome, onde se desviou a alimentação.

Hoje, o Deputado Nishimori teve a felicidade de falar aqui, mesmo o Professor Luizão também, a produção que temos de alimentos no Brasil. E a Ucrânia é uma grande produtora, um celeiro de alimentos, trigo, açúcar, assim como outros países, a Polônia e todos esses.

Mas, vim especialmente para agradecer e dizer que na semana que passou tivemos aqui junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a vinda do Embaixador da Ucrânia, Volodymyr Lakomov e a sua comitiva junto com a nossa representação central do Brasil o Sr. Vitório Sorotiuk, que é o Presidente. Eu ocupo o cargo de Vice-Presidente. Ao mesmo tempo, tivemos a presença do Cônsul da Ucrânia, que tem residência em Curitiba, o Oleksandr Markov e o nosso Embaixador Honorário, Mariano Tchaikovsky.

Queria agradecer a toda Assembleia, porque esta Assembleia fez um trabalho excelente.

Precisamos trabalhar hoje na Câmara Federal, porque já há esse reconhecimento a nível de estado e reconhecimento com mais de 30 nações no país. Agradecer também, recebi uma comenda de 3º grau do Governo da Ucrânia, que é dado às pessoas de fora do seu país pelo Presidente da Ucrânia, o Victor Yushchenko, que nos agraciou com esta comenda. Também participar que essa comenda seja dividida com todos vocês. Estiveram presentes nessa Sessão Especial, além do nosso Presidente, os Deputados Dr. Batista, Cida Borghetti, Alexandre Curi, Luiz Claudio Romanelli e outras pessoas.

Gostaria nesta oportunidade de dizer que o Governo da Ucrânia tem um programa, hoje, principalmente com o Paraná, que disponibiliza 10 bolsas de estudo para ensino superior em várias áreas. Hoje temos uma área que é avançadíssima, onde temos um convênio com o Brasil e a Ucrânia, que se desenvolve principalmente na área espacial, no estado do Maranhão. Dizer

que o nosso gabinete se encontra à disposição para aquelas pessoas que queiram e tenham interesse em estudar na Ucrânia, com bolsas de estudo no ensino superior. Estaremos à disposição para fornecer informações.

Mais uma vez agradeço a esta Assembléia por ter feito isso, às vezes até sem conhecer esta causa, que é tão difícil para nós, descendentes, quando vimos tantos morrerem por fome. A palavra precisa ser dita: foi um genocídio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra, por 15 minutos, Deputado Valdir Rossoni.

### ***Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero aproveitar para cumprimentar os professores da minha região sul, de União da Vitória.

Vou fazer um pronunciamento sobre outra questão. É importante ressaltar e quero fazer um pedido aos Srs. Parlamentares que teremos um veto a ser apreciado no final desta Sessão. Acredito que por volta das 17h teremos um veto do Sr. Governador a um projeto do Deputado Péricles. Há um trabalho todo para que derrubemos o veto na tarde de hoje, para preservarmos aqui o interesse dos professores, que cursaram esse curso. Por essa razão, teremos o momento oportuno para encaminhar o assunto e esclarecer aos Srs. Parlamentares da importância que tem a derrubada deste veto, no dia de hoje, de 30 mil professores no Paraná.

Hoje é um dia importantíssimo, Deputado Reni. Por isso, logo após o meu pronunciamento, gostaria de conversar com os Líderes dos partidos: com os Deputados Reni Pereira, do Bloco Independente; o Deputado Romanelli, que neste momento dá uma entrevista à imprensa; o Professor Luizão, Líder do PT; Pugliesi, Líder do PMDB; Douglas Fabrício, Líder do PPS; o meu amigo Duflío Genari, Líder do PP; o Líder do Bloco Independente, Pastor Edson Praczyk. Desculpem-me, mas quando você começa a citar nomes, você sempre esquece de alguém. Gostaria de fazer uma reunião com os Srs. Líderes, para que eu pudesse ali naquela sala do Presidente, explicar aos Srs. Parlamentares a importância que tem o voto no dia de hoje.

E é importante ressaltar, Srs. professores, que ali está o painel, ali está a presença dos Srs. Parlamentares. Para derrubarmos esse veto no dia de hoje - e estou dando essa explicação até para que os senhores entendam - precisamos de 28 votos favoráveis. Estamos, neste momento, com 40 Parlamentares em Plenário. Então, se tivermos 28 votos, já estarão sobrando 12 votos. Estou

partindo do pressuposto de que todos os Parlamentares estão aqui para atender essa reivindicação dos 30 mil professores do Paraná que, religiosamente, dois anos e seis meses, mais de duas mil, Deputado Dobrandino, e setecentas horas de estudo, além disso, pagando a mensalidade, religiosamente, incentivados pelo próprio Governo.

Os Governos mudam, mas os objetivos têm que ser os mesmos. E o que é mais importante, Deputado Péricles - V. Exa. que teve a brilhante idéia de apresentar o projeto, sempre contou com o apoio deste Parlamentar, o mais importante é ressaltar que esses professores foram levados a fazer esse curso de capacitação, foram levados porque o Conselho Estadual de Educação, autoridade maior do nosso estado para questões de criação de cursos, autorizou o funcionamento desse curso. Pode ter aqui outros argumentos.

Eu assisti outro dia aqui, Deputado Péricles, a presença do Presidente do Conselho Estadual de Educação, quando tinha aqui também um grande número de professores, em determinados momentos, o professor Romeu, que hoje é Presidente do Conselho Estadual de Educação, em um determinado momento, não se sentiu bem porque houve manifestação dos professores contrários ao posicionamento do Presidente Estadual de Educação.

Vejam como é engraçada a vida. Quando o Conselho Estadual de Educação, em 2002, autorizou o funcionamento desse curso, o professor Romeu estava do outro lado da platéia, ele estava entre os professores, Deputado Durval, isso que é importante, estava entre os professores e ele representava os professores, o Sindicato dos Professores do Paraná. Naquela oportunidade, ele estava do outro lado reivindicando que se desse oportunidade aos professores a fazerem esse curso. Vejam como é a história e o tempo. Agora, o professor Romeu, aquele mesmo que reivindicava, hoje é Presidente Estadual de Educação. E outro dia ele esteve aqui se posicionando contrariamente ao reconhecimento desse curso. Aí, naturalmente, houve a manifestação dos professores. Uma manifestação lógica de quem estudou dois anos e sete meses, uma manifestação lógica.

Ouvi ontem uma professora aqui de Curitiba, eu disse: olha, amanhã vai ter uma votação importante e seria bom, a senhora como professora - e ela me contava a mesma história que os professores que estão aqui me falaram, me contavam. Uma professora de Curitiba me dizia o seguinte: "Veja, estou querendo fazer pós-graduação e não estou conseguindo, porque não reconhecem o meu curso". Esse curso foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, esse curso foi incentivado e motivado pelo próprio Governo da época e pelos Prefeitos da época, corretamente. Estavam corretos os Secretários de Educação, estavam corretos os Prefeitos da época, porque todos sabemos, nada melhor do que o professor Péricles para falar sobre isso, da motivação, dos incentivos que houve a partir, se não me falha a memória, de 1996, foi marcado 10 anos para que se capacitassem todos os professores do país e para que estes professores pudessem ter condições de administrar aulas.



Veja como é importante, Deputado Elio Rusch, e conto com seu apoio e com sua ajuda, aqui na Assembleia hoje têm professores que fizeram este curso, participaram do concurso estadual, passaram no concurso, aí está a maior demonstração que o curso teve qualidade, e poderão amanhã ser demitidos por este curso não ser reconhecido! Há algo mais injusto? Se alguém, Deputado Rangel, tem responsabilidade sobre isso, primeiro é o Conselho Estadual de Educação, segundo são as autoridades, mas as autoridades estavam, o Presidente da República, o Ministro da Educação, o Secretário da Educação, o próprio Conselho Estadual estavam imbuídos do propósito de dar condições aos professores que não tinham condições de fazer uma faculdade, dar uma oportunidade, e deram a oportunidade através da VIZIVALE, 30 mil professores! Agora, por que vamos ficar lutando contra a realidade? A realidade está aí!

Logo a seguir, Deputado Romanelli, lhe cedo o aparte, inclusive citei o seu nome, aqui está o Líder do Governo e ele é importantíssimo para o nosso objetivo de hoje na votação, em alcançar os 28 votos. Eu, naturalmente, não tenho competência para convencê-lo, mas certamente o sorriso simpático dos professores que estão aqui, a vontade que eles têm certamente irão convencê-lo. Quero convidá-lo para conversarmos na sala aqui ao lado para discutirmos essa questão, Deputado Péricles, que é o autor do projeto. Concluo aqui e depois lhe concedo o aparte, com prazer.

Quero dizer aqui que ouvi o depoimento dessa professora aqui de Curitiba, não é uma professora de um município menor, pequeno - nós de Bituruna somos considerados pequenos, aqui, apesar de que considero Bituruna muito grande porque é uma cidade que goza de respeito no Paraná. Essa professora me contava o seguinte: ela tinha um filho que passou no vestibular numa faculdade particular e ela tinha que fazer a opção - vejam que difícil - entre o seu filho fazer a faculdade particular ou ela fazer esse curso. Em reunião de família decidiram que a mãe, professora, faria este curso e tão logo ela fizesse esse curso o seu filho faria a faculdade. Sabem por quê? Ela não tinha condições de pagar as duas mensalidades eles optaram pela professora.

Importante, Deputados aqui presentes, é entender o significado e a importância para o professor. O curso é reconhecidamente de qualidade, prova disso é que tem professores que passaram no concurso do estado, está aí a demonstração. Segundo, os avanços que na Educação do Paraná têm ocorrido nos últimos anos, em todos os Governos, é visto a olho nu e não é por causa de Governo, é por causa dos professores. Mas, para que os Deputados saibam na hora de votar, significa para o salário dos professores em alguns municípios 30% do salário, em outros municípios 50% do salário. Por esta razão, tenho uma grande esperança que no dia de hoje, Srs. Deputados, não frustraremos a esperança dos professores!

Tenho assistido aqui pronunciamentos apaixonados pela causa da Educação, tenho visto aqui Deputados que defendem diuturnamente a Educação do Brasil e do nosso estado. Não tenho dúvida que vamos contar aqui com pelo menos 28 votos para encerrarmos este capítulo com chave de ouro, dando oportunidade.

É lamentável que hoje não tivemos oportunidade de falar com os 30 mil professores. Nós ligamos para os sindicatos dos professores, alguns sindicatos não fizeram aquele esforço que deveriam ter feito para mobilizar os professores de outros municípios. Mas, estamos aqui num momento histórico e importante desta Casa. Esta Casa precisa tomar uma atitude que é extremamente delicada, porque não sou Deputado aliado ao Governo, sou um Deputado de oposição, estou aqui para fiscalizar o Governo. Mas, sei que é extremamente delicado os Deputados do Governo votarem contra o veto do Governador, mas tenho certeza absoluta que os Parlamentares vão hoje, dar uma sinalização para a Educação do Paraná. Não apenas para os professores que estão aqui, mas aqueles que estão em casa.

Deputado Romanelli, veja como é a comunicação de hoje - daí lhe concedo o aparte - eu estava há pouco no meu computador e recebia, é um avanço. Hoje tenho na internet a transmissão, na minha página através da Rádio Rossoni, para todo o estado do Paraná. Recebi mais de uma dezena de pessoas e professores se comunicando, na esperança do resultado desta Sessão.

Por esta razão, Deputado Romanelli, primeiro o convite a V. Exa. reconhecendo a importância que V. Exa. tem no bom encaminhamento desta questão. Segundo, lhe concedo o aparte.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Rossoni, vou solicitar - o aparte fica prejudicado, porque temos sete segundos apenas. Solicito que o Deputado Romanelli se pronuncie em outra ocasião.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Compreendo V. Exa., só queria dar uma demonstração ao Líder do Governo, estava ávido para ouvir a palavra do Líder do Governo, porque ele é homem mais poderoso aqui nesta Casa. Ele poderia dar a grande sinalização para que todos nós abrissemos o sorriso da vitória.

Obrigado.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de me inscrever no horário da Liderança do PMDB, para poder falar.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está inscrito.

Com a palavra no Grande Expediente, o Deputado Augustinho Zucchi por 15 minutos.

## ***Deputado Augustinho Zucchi (PDT)***

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputado, caros visitantes da Assembléia Legislativa nesta Sessão de hoje.

Vou me reportar ao tema dos professores pouco mais no final do nosso pronunciamento.

Ocupo a tribuna, Sr. Presidente, para falar de um assunto que tem tido uma repercussão bastante grande em todos os jornais, assunto que diz respeito às eleições municipais. É óbvio que todos os municípios têm uma importância muito grande no seu pleito eleitoral. Mas, por força do que representa a eleição de Curitiba, por força de ser a nossa capital, por força de termos aqui lideranças expressivas, que também tem inserção em todo estado.

Temos sempre uma repercussão maior com relação à eleição de Curitiba.

Ocupo esta tribuna como membro do PDT, do nosso partido, lembrando que algum tempo atrás, mais de um ano, eu via e ouvia todo dia na imprensa uma frase só: “O Osmar não é candidato”. É o que falavam na eleição passada.

Um colunista, um ano e dois meses, todo dia ele falava isso na sua coluna.

Aconteceu justamente o contrário. Hoje, olhando aquelas notas eu penso, o que será que pensa a população que leu aquilo tudo sem ter sido reproduzido o mínimo de verdade, no momento em que o Osmar foi candidato?

Ora! Por força das combinações políticas, enfim, das coligações que se fazem durante o pleito eleitoral, há muito que se fala nas especulações. Mas há uma delas que nós do PDT queremos colocar um ponto final.

Trata-se dessa questão que se fala do vice de Curitiba. O Vice-Prefeito Luciano Ducci, que teve lá a sua opção política, que em nenhum momento foi cobrado pela sua posição, passou a ter essa especulação e a ser debitado sempre ao PDT, de querer modificar a chapa que outrora apoiamos na eleição em 2004.

Pois bem! Deputado Nelson Justus, quero repor aqui a verdade. O Presidente do nosso partido, Senador Osmar Dias, já conversou isso com o Prefeito Beto Richa, já falou isso com o Presidente do PSDB Deputado Rossoni. O PDT não está reivindicando a vaga de vice para a Prefeitura de Curitiba. Embora tenhamos nomes honrados, da qualidade do Deputado Luiz Carlos Martins, com inserção eleitoral extraordinária em Curitiba, com vários mandatos aqui nesta Casa.

Um homem público respeitado e que poderia ser componente de qualquer chapa majoritária.

Podemos falar também do professor Picle, quem sabe, ele há pouco tempo filiado no partido, mas já disputou uma cadeira na Câmara Federal, não se elegendo, mas pretendendo militar no nosso partido. Mas a questão da reivindicação da vaga do vice não está em discussão no PDT, porque essa é uma, na nossa avaliação, menor do que o projeto que temos para o nosso estado.

E aí vou responder a outra. Aliás, como sempre fazia quando diziam que o Osmar não era candidato. Ora! Todos somos políticos aqui. Imaginem o seguinte: alguém que disputa uma eleição; que tem uma trajetória pública no estado; que foi Secretário da Agricultura; Presidente de uma empresa, companhia mista - CODAPAR; que foi Diretor de faculdade; que foi duas vezes Senador e que disputa uma eleição para Governo do Estado, e que proporciona a maior disputa que o estado já viu.

Vocês imaginem, desta forma será possível renunciar a uma próxima candidatura? É difícil. Não faz mais parte da vontade do Senador Osmar Dias, não tem ele mais esta prerrogativa de dizer sou ou não. Faz parte do desejo daqueles que lhe apoiaram e mais, de tantas outras pessoas que não votaram e que hoje, por onde andamos pelo nosso estado, pedem para que ele seja candidato.

É claro que o futuro, como diria sempre na frase que usamos rotineiramente para falar do futuro político, dizemos: o futuro a Deus pertence. É verdade. Mas, há um caminho construído. Portanto, há uma naturalidade neste sentido.

Agora, o que estamos pregando nessa eleição aqui em Curitiba é a coerência. Será que a população nos entenderia em outra posição? Acho que não. E no futuro, também, acho que seria difícil a população entender que quem estivesse junto agora e já esteve lá atrás, estivesse esperando em 2010.

Então, acho que é importante falarmos sobre esta questão. O Senador Osmar Dias não tem esta pretensão. Não é obcecado para ser candidato. Não poderia ter sido candidato na outra eleição, por força dos problemas pessoais porque passou. Foi para honrar aqueles que lhe pediam para que fosse candidato e para apresentar uma proposta para o estado. E assim, tenho certeza, fará novamente, no momento adequado.

E nós queremos manter nossa coerência. Quando apoiamos o Beto, lá atrás apoiamos incondicionalmente. Foi dito e falado isto: em nenhum momento pedimos qualquer cargo para o Executivo Municipal. E agora vamos, mais uma vez, fazer o mesmo procedimento. A discussão política, o nosso diretório tem o direito de discutir suas prerrogativas, pode fazer sua discussão. Mas, nossa posição tem sido clara no sentido de mantermos uma coerência, porque acho que a população espera isto de nós.

### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Agradeço o aparte e serei breve, devido ao adiantado do tempo. Mas, quero aqui dizer que recebi um telefonema do Senador Osmar Dias, Presidente do PDT, comunicando o Presidente Estadual do PSDB, oficialmente, dizendo esta posição que você se manifestou.

Acredito que até para contribuir com seu pronunciamento, é importante dizer que o Senador Osmar Dias apoiou o Beto Richa, não agora que ele está com esta popularidade. Ele apoiou o Beto Richa quando o Beto Richa tinha 2% nas pesquisas. É um projeto para Curitiba

e há um projeto para o Governo do Estado que estamos construindo juntos. Não fomos vitoriosos nas últimas eleições. Mas, certamente este projeto está amadurecendo para o bem e para o futuro do nosso estado.

Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Agradeço V. Exa. pelo aparte. E antes de passar para o assunto dos nossos professores, dizer outra coisa: não temos restrição absoluta com nenhum tipo de aliança, no Paraná. Preferencialmente e obviamente que vamos dar, quem sabe, um tratamento preferencial àqueles que estiveram conosco. É óbvio. Isto faz parte da boa política. Mas, não vamos restringir, absolutamente, nenhum tipo de ligação que possamos ter no nosso estado. Porque entendemos que a eleição municipal é uma eleição que tem suas peculiaridades, suas particularidades. E ela deve ser tratada assim. Até porque o projeto que queremos construir para o estado não elimina nenhuma possibilidade de entendimento com qualquer partido que seja, no Paraná, desde que seja dentro do projeto estabelecido por nós, já na eleição passada, e que deveremos construir com mais força, com mais intensidade, com muito mais dados a partir de agora.

**O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)**

Acompanho o seu pronunciamento e fico muito satisfeito em ver esta sua coerência e esta sua exaltação à coerência de quem esteve aliado em 2004, em 2006 e certamente estaremos em 2008 e 2010. Porque é um grupo político.

Agora, na qualidade de Líder do PSB, e faço esta afirmação até para que haja coerência nestas questões em relação ao vice atual, que concorreu na chapa do Prefeito Beto Richa pelo PSB, mas é bom que se frise e fico contente com o aparte que o senhor concedeu ao Deputado Rossoni, que na ocasião da eleição em 2006 estava no PSDB. E usei desta tribuna falando que em relação ao comportamento, naquela época e hoje, ele é o meu companheiro, e nós do PSB também defendemos a coerência e vamos defender a manutenção da atual chapa que vendemos. Então, ele voltou para o nosso partido e hoje ele tem a defesa, não só do nosso partido aqui nesta Casa, mas em âmbito estadual e nacional.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Deputado Reni, a composição a ser feita pelo Prefeito Beto Richa obviamente depende muito dele, depende muito da vontade do seu partido, do PSDB. A única coisa que estou dizendo aqui é que definitivamente o PDT não está a reivindicar a vaga de vice. Podemos discutir politicamente, podemos discutir o projeto político, podemos e devemos, tanto para agora como para 2010. Mas, especificamente com relação a essa questão, consideramos este um fato superado dentro do nosso partido, pelo menos dentro de parte do partido que nós representamos.

Bom, para isso, gostaria de falar aos Srs. professores. Todos que estão aqui quem sabe já estiveram na Audiência Pública, e expressei de maneira clara daquela outra tribuna o posicionamento que temos. Este veto que está sendo votado hoje, não sei se resolve a situação dos professores. Temos a informação de que isso não resolve a situação dos professores. Mas, enfim, é uma matéria que está aqui, deve ser votada, eu particularmente, se votada a matéria, vou votar obviamente pela derrubada do veto. Mas, gostaria de falar para os professores aquilo que foi conversado na Audiência Pública, um parecer do Conselho Estadual de Educação foi contrariado por um parecer do Conselho Federal de Educação. Temos que trabalhar para que o Conselho Federal de Educação mude o seu parecer, porque se é verdade que muitos professores levados pelo IESDE a fazer o curso sem terem o vínculo empregatício, o que não foi recomendado pela Secretaria de Educação, mas é verdade também que aqueles que fizeram o curso, mesmo tendo o vínculo empregatício não receberam o seu diploma.

Então, ninguém recebeu o seu diploma. As pessoas estudaram, pagaram, gastaram o seu tempo e não receberam o seu diploma. Então, não sei quem é o culpado, mas já disse naquela outra vez: só tem um inocente, e é o professor, e temos que trabalhar para que seja restabelecida a verdade nesse processo e que sejam expedidos os diplomas para os nossos professores.

Agora, Deputado Péricles, ficou estabelecido naquela Audiência Pública, V. Exa. presidia a Audiência, de que os professores juntamente com a Assembléia, juntamente com o Conselho Estadual de Educação, fariamos uma Audiência em Brasília. Para que essa Audiência em Brasília? Essa Audiência para que possamos reformar o parecer do Conselho Federal de Educação. Vamos falar com o Ministro, vamos falar com o Secretário Nacional de Educação, ou senão tem que falar com o Presidente Lula, não sei, que fale com quem tiver que falar, mas temos que resolver o problema através da legalidade para que possamos dar o respaldo que os professores precisam para que eles tenham o seu diploma.

Então, Deputado Rossoni, ouvi o pronunciamento de V. Exa. aqui, não sei, na minha opinião, para não deixar falsas esperanças aos professores, acho que essa questão da derrubada do veto por si só não resolve o problema. Mas é uma demonstração política aqui da Casa, pode ser considerado nesse sentido, mas não resolvendo, não vamos ter essa falsa esperança de que isso vai resolver; o que vai resolver é nós termos por parte do Conselho Federal de Educação, junto com o Conselho Estadual de Educação a reformulação desses pareceres e a determinação para que a faculdade possa expedir o diploma e os professores possam ter o seu diploma.

Obrigado Sr. Presidente, obrigado a V. Exas. que me ouvem com paciência, obrigado àqueles que acompanham a nossa Sessão.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário das Lideranças, no horário do PDT, com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

### ***Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno***

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fui Relator do projeto do Deputado Péricles de Mello e relatei favoravelmente. O projeto progrediu, esta Casa aprovou e o Governador vetou.

É necessário que se analise essa questão pensando, exclusivamente, naqueles que gastaram dinheiro, que viajaram, que se formaram e agora não são reconhecidos. Muitos deles estão prejudicados até na ascensão de carreira, porque muitos já são professores.

Realizamos aqui uma Audiência Pública onde ouvimos todos os interessados, todos os envolvidos e também a Comissão de Educação desta Casa, presidida pelo Deputado Péricles, da qual também faço parte.

Pois bem, derrubar o veto ou vetar não resolve o problema dos nossos professores.

Vamos lutar para derrubar o veto para que essa matéria continue sendo discutida. Quem são os culpados? O Conselho Estadual de Educação? O Conselho Federal de Educação?

Um diz, o outro desdiz para atender, não sabemos ao certo, especulações, e para atender questões financeiras daqueles que ganharam muito dinheiro em cima dos 30 mil professores que se formaram.

Temos que criar alguns mecanismos para continuar essa discussão.

Na próxima quarta-feira, uma Comissão sairá desta Casa, liderada pelo Deputado Péricles, e vai tratar com o Conselho Federal de Educação, com o MEC esse desrespeito, o que aconteceu, para ver se resolvemos isso.

A sugestão de alguns Parlamentares é que retire a discussão do veto por 10 dias e, depois dessa reunião em Brasília, possamos resolver esta questão.

Tenham certeza, professores, que irei lutar pela derrubada do veto. Não que isso irá resolver o problema, mas é importante que se diga que, com a derrubada do veto poderemos continuar a discussão e buscar a solução que queremos.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Gostaria de convidar os professores que estão aqui para descerem, atrás do plenário, para que conversássemos sobre esta proposta de adiamento de discussão.

Só vou concordar se tiver a concordância dos professores. Muito obrigado!

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Fica aqui o registro do Deputado Valdir Rossoni, para que os professores desçam até lá, para que ajudem a decidir nessa sugestão do adiamento da derrubada ou não do veto proposto pelo Governador do Estado. Percebo que os professores já estão atendendo a reivindicação e já estão indo para o fundo do plenário para resolver isso.

Quero falar da questão do Banco Social. O Banco Social foi fechado nas principais cidades do Paraná. Na abertura dos trabalhos legislativos do Paraná, ouvimos o Governador Roberto Requião dizendo que concedia 40 milhões ao Banco Social, mas o Banco Social foi fechado em Foz do Iguaçu, em Cascavel e para onde vão esses 40 milhões? Para quem vão? O Banco Social é necessário para o desenvolvimento dos pequenos e microempresários, empresários que buscam esse crédito porque é mais fácil, tem um juro subsidiado. É um grande projeto de desenvolvimento, porque busca a área social, aqueles que não têm crédito e, infelizmente, em Cascavel está fechado.

Faço um apelo ao Líder do Governo e ao Secretário Nelson Garcia para que resolvam, imediatamente, o problema do Banco Social que está fechado há mais de um ano e não está funcionando.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Quero informar a V. Exa. que o Banco Social foi reformulado, que vai ficar fechado por um período, em Cascavel, até que possamos, respeitando os municípios de menor IDH, investir naquilo que se denominou o centro expandido. São 122 municípios que prioritariamente receberão os investimentos, inclusive na área da agricultura. O Governo quer investir esses R\$ 40 milhões, Deputado Edgar Bueno, para poder incrementar a economia solidária nesses municípios onde temos o IDH mais baixo do estado do Paraná. É uma prioridade e é uma discussão. Tão logo possamos fazer funcionar bem o Banco Social nesses municípios, o Banco Social retornará aos municípios de maior porte onde a economia já tem outra dinâmica.

É isso, Exa.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Faço um apelo a V. Exa. porque um ano e pouco fechado é muito tempo. Então, gostaria que fosse agilizado.

Queria falar um pouquinho da Segurança. A Secretaria da Segurança colocou um aparato policial em Foz do Iguaçu, uma operação chamada Foz Segura. O que aconteceu? Realmente, estão prendendo 10 marginais por noite. É uma operação fantástica que está dando um grande resultado em Foz do Iguaçu, porém, a marginalidade está indo para os municípios vizinhos. Só para que os senhores tenham uma idéia, na sexta-feira à noite, em Cascavel, teve

16 assaltos à mão armada. Das 8h da manhã de sábado até às 9h, teve mais três assaltos à mão armada. Isso significa dizer que os marginais estão vindo de Foz do Iguaçu para Cascavel e criando um grande problema.

Em Londrina, uma garotinha de 11 anos foi atingida, levou um tiro no meio da testa. Esse tiro saiu na nuca. Essa garota está em coma. Dois marginais com um 38 contra quatro policiais. Todos eles armados. E quem acabou atingindo essa garota? Foram os policiais. Tudo isso por causa de um suposto assalto que aconteceu em Londrina. Imagine, Deputado Nelson Justus, o desespero do pai dessa garota de 11 anos que, ao reagir, correr em socorro da sua filha agonizando, ele foi preso, foi algemado e colocado num camburão. Será que esse policial é surdo? Ele algemou esse pai só porque era um agricultor, estava com a roupa suja de terra. Esse policial é surdo? Ao algemar o pai dessa criança, ele não ouviu que aquele cidadão era o pai daquela menina? Jogou no camburão e não ouviu absolutamente nada!

Isso é falta de preparo, de respeito com a sociedade. Olha, Deputado Elio Rusch, um pai vendo a sua filha agonizando é preso e algemado porque o policial é surdo e não ouve o pai dizer que precisa socorrer a sua filha. Isso aconteceu em Londrina. Exatamente no domingo à tarde. O nome dessa garota é Daniela Silva, 11 anos. E o nome desse pai desesperado é Claudemir da Silva.

Srs. Deputados, a Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, presidida pelo Deputado Mauro Moraes, está convocando o nosso Secretário Delazari para que compareça na Assembléia Legislativa para dar explicação, especialmente sobre os últimos fatos que estão ocorrendo no estado do Paraná, que são lamentáveis.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PPS/PMN, Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Edgar Bueno lembrou de um assunto muito importante que é o Banco Social.

Sempre é bom lembrar porque ouço críticas, às vezes, ao Governo passado e eu não estava aqui na época. Mas, foi o Governo passado que criou o Banco Social e estendeu o Banco Social em parceria com o SEBRAE e em parceria com as Prefeituras para os 399 municípios do Paraná, com um orçamento de R\$ 100 milhões, para atender as pessoas que tenham sonho de iniciativa em um pequeno negócio e que não têm condições de tomar empréstimos normais nos bancos.

Já faz um tempo que estamos cobrando essa ação do Banco Social. Na nossa região tem somente quatro ou

cinco municípios que hoje são atendidos pelo Banco Social. Então, com essa desculpa de que vai atender os municípios mais pobres, reduziram o atendimento do Banco Social no Paraná. Fala-se hoje em 40 milhões. Eram 100 milhões antes. Quem está perdendo com isso são os pequenos empreendedores, as pessoas que acreditavam e que o Governo que se diz Governo do pobres, entrou e tirou dos pobres o Banco Social.

**O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Me permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Aproveito para compartilhar com V. Exa. porque já discutimos esse assunto do Banco Social, da importância do desenvolvimento dos pequenos, dos bairros mais pobres. E o Deputado Dobrandino agora me lembra que o IDH de Foz do Iguaçu, das favelas, é um dos piores do Paraná. E o banco de Foz do Iguaçu foi fechado. O banco de Cascavel foi fechado. E é um crédito importante para o desenvolvimento social. Em Cascavel tínhamos o Banco Social do Estado que foi implantado em 2001 e tínhamos o nosso Banco Social que está funcionando até hoje. E que vocês precisam acompanhar o crescimento daquela costureira, daquele fabricante do cabo de vassoura, aquele fabricante de sabão, enfim, o desenvolvimento dessa gente, socorridos pelo Banco Social.

Então, V. Exa. trata de um assunto de fundamental importância e vamos apelar ao Líder do Governo, a todos os Deputados que possam socorrer os municípios aonde tiverem o Banco Social fechado.

Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Agradeço a V. Exa. Só reforçando essa história do Banco Social, estamos cobrando há bastante tempo e o Governo sempre vem com essa desculpa. Já faz mais de um ano que está parado, agora diz que atende os municípios mais pobres e na prática deixou o Paraná, reduzindo o atendimento do Banco Social, no Paraná. O senhor lembrou muito bem, Deputado Edgar Bueno, que se fala no município mais pobre. Às vezes uma cidade pequena precisa? Precisa. Um bairro de uma cidade grande pode ser tão pobre quanto uma cidade pequena e aí eles não atendem o Banco Social.

**O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)**

Permite-me um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Acho que se faz confusão com o IDH e com o atendimento na área social. O Banco Social não foi criado para o atendimento na área social. Ele serve para atender exatamente o pequeno empresário, para o mecânico que não tem condições de comprar a sua ferramenta, ou para a costureira já formada, que não tem condições de comprar a sua máquina. É para o pequeno empresário, para o pequeno profissional liberal, para que possa montar o seu negócio.

Desculpe-me, Deputado Romanelli, mas a sua alegação que o Banco Social deve ser instalado aonde o IDH é baixo, não corresponde com o programa pelo qual ele foi criado. No Governo passado foram destinados 100 milhões, agora, se falam em 40 milhões.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Romanelli, vou lhe conceder um aparte no final, porque o meu tempo está bastante escasso.

Nessa história do Banco Social, o Governo vem enrolando a população, porque ele tirou de vários municípios e mesmo os que estão atendendo, hoje, atendem precariamente.

Vamos falar um pouco dos vetos do Governador Requião: Requião barra a maioria dos projetos dos Deputados. Às vezes reclamam que os Deputados não apresentam projetos. Ouço da própria imprensa isso. Os Deputados apresentam os projetos para beneficiar a população e vai o Governador Roberto Requião e veta. Deixar claro aqui, que o nosso partido, o PPS, fechou questão nessa história do veto, do projeto que estamos discutindo, hoje, com relação aos professores que fizeram o curso e que hoje não está sendo reconhecido e que tem o envolvimento do Conselho Estadual com o Conselho Federal de Educação. Eles não concordam um com o outro e quem leva o pior é o professor. O nosso partido - agradecer aos Deputados Marcelo Rangel pelo apoio e também ao Felipe Lucas - fechou questão, que se este projeto for votado, hoje, vamos votar todos pela derrubada do veto. Estamos conversando com os professores, para ver se eles aceitam que o projeto seja derrubado da pauta, para que na semana que vem, na Comissão o Deputado Péricles de Mello estará junto com outros Deputados, em Brasília, para discutir com o Conselho Federal de Educação, justamente sobre este projeto, deste veto de hoje à tarde. A posição do PPS é de votar pela derrubada do veto, se este veto for apreciado hoje.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Deputado Douglas Fabrício, quero dizer a V. Exa. que ouvi também o aparte do Deputado Elio Rusch. Conversei com o Secretário do Trabalho, nosso colega Deputado Estadual Nelson Garcia, que chefiou a equipe, que integra a Bancada do PSDB, que reformulou o Banco Social. Ele sabe muito bem a diferença: Banco Social não tem nada a ver, porque sempre foi Banco Social para os ricos. Não a esse Banco Social que V. Exa. se refere - o Deputado Elio Rusch sabe o que foi social, em relação a banco, quem foram os beneficiários. O projeto foi redirecionado com base na lógica, que nesse segundo Governo Requião, agora, foram investidos R\$ 80 milhões no Banco Social. Neste momento estão sendo destinados R\$ 40 milhões, via agência de fomento, para os municípios de menor IDH.

É claro que V. Exa. sabe que eu reconheço que tem uma lógica nos bairros mais pobre da cidade. Mas, que

neste momento é necessário alavancarmos a economia dos municípios pequenos, de menor IDH, é emergencial. Essa é a prioridade da Secretaria do Trabalho.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Eu reforço, Deputado Romanelli, que era um projeto que atendia os 399 municípios, mudaram a forma de trabalhar e não está atendendo todos os municípios. Tem muita gente excluída no projeto do Banco Social pelo Governador, pelo Governo Roberto Requião. Isso eu não concordo, acho que deveria atender todos os municípios e os bairros pobres dos pequenos municípios e também dos grandes municípios.

Por último, quero só ressaltar a questão da Segurança. Toda vez que venho falar aqui, tenho lembrado desse assunto da questão de falta de segurança. Claro, fizeram uma reunião, a Comissão de Segurança, optaram por convidar o Secretário da Segurança Estadual para vir aqui discutir a Segurança Pública. Espero que venha, realmente, e que ajude a resolver os problemas de Segurança que existem na nossa região de Campo Mourão e no Paraná inteiro. Cada dia escuto uma história diferente de um Deputado com relação a assalto, com relação à mortes. Na nossa região não é diferente. Se olhar, especialmente em Campo Mourão, já morreram diversas pessoas assassinadas só neste ano. Isso é por falta de segurança.

Era isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Bloco PR/PTB: com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, queria aqui cumprimentar a Gazeta do Povo, através da nossa jornalista Kátia, aqui presente. A Gazeta do Povo presta um grande serviço ao Paraná quando faz uma matéria a respeito das consultas médicas e abre no seu site um debate perguntando ao povo do Paraná se você já passou por uma consulta relâmpago e o que acha do projeto que obriga o médico a anotar o tempo da duração da consulta. É isso que a imprensa do Paraná precisa fazer. Essa atitude da Gazeta do Povo é muito boa, porque vai nos dar subsídios de ver o que pensa o povo a respeito desse projeto.

Acho que é um projeto importante, pena que os meus amigos, Deputados médicos, aqui, detonaram o meu projeto ontem, mas temos que entender que é o corporativismo da classe médica. Fizeram uma emenda ontem, Dr. Batista, Dr. Cheida, Dr. Accorsi, o Ney Leprevost, o Stephanes Júnior, e nessa emenda detonam, acabam com o projeto, na verdade, acaba o projeto. Vamos receber a emenda, vamos discutir em plenário,

com toda a certeza. Eu vou debater, vou brigar pelo meu projeto, sei da importância e aceito esse corporativismo. Eu respeito, normal que a classe médica não quer ser fiscalizada, não quer marcar na receita quanto tempo vai ficar lá, enfim. Tenho que respeitar, só lamento que a emenda acaba com o meu projeto. Mas vamos lutar, vamos à luta, o Parlamento é para discutir, é para parlamentar, quem for mais competente fará com que os demais Deputados votem. Mas quero aqui registrar que a emenda acaba, do começo ao fim, com o meu projeto. Mas vamos debater, tem hora para isso e na hora H vamos defender esse debate.

Mas, Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Exa. Aconteceu um fato bonito e eu tinha que relatar nesta Casa. Neste fim de semana eu estive como Padre Wilton, é um Padre da Copiosa Redenção de Ponta Grossa, Padre maravilhoso que cuida dos drogados, das meninas, é um dos Padres mais fantásticos deste país. V. Exa. esteve lá entregando o título de Cidadão do Paraná ao Padre Wilton e vejam a importância de um título feito lá em Ponta Grossa, uma solenidade muito bem organizada pelo nosso cerimonial, que emocionou todo mundo. Eu soube, neste fim de semana agora, me dizia o Padre, todo orgulhoso, Sr. Presidente, terminada a Sessão, ele ganhou de presente de uma pessoa muito importante de Ponta Grossa 50 alqueires de uma terra, inclusive com uma construção, para fazer uma nova instituição para cuidar de mais pessoas que precisam de ajuda. Então, fica registrado aqui que uma Sessão Solene, realizada em Ponta Grossa, ajudou a conseguir e a criar mais uma instituição.

Por isso, V. Exa. está de parabéns quando descentraliza a Casa e vai até as cidades e as cidades fazem solenidades a ponto de uma pessoa se emocionar ao ver a alegria daquele Padre ao receber uma comenda desta Casa e entrega essa importante doação que vai ajudá-lo a fazer uma nova instituição. Parabéns ao Presidente e aos demais Deputados.

Deputado Rossoni, V. Exa. conversou com os professores e me parece que quer dar um recado?

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Agradeço a bondade de V. Exa., Sr. Presidente. Coloquei o posicionamento aos professores se nós concordávamos com a retirada do veto ou não? Os professores decidiram e eu vou respeitar, eles preferem que seja votado o veto, Sr. Presidente. Comunico a V. Exa. e agradeço ao Deputado Jocelito.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

E quero dizer que eles fizeram certo, está certo, tem que votar o veto hoje mesmo.

**(Aplausos)**

Vamos derrubar esse veto hoje, vamos derrubar o veto, o Deputado Péricles vai falar daqui a pouco, está bem preparado, se preparou para isso, tem todo o nosso apoio, vamos votar a favor. Tem que derrubar esse veto hoje, já, mostrar para o Governador que ele não é o dono do Paraná...

**(Aplausos)**

Ele apenas é o Governador passageiro, está Governador. Daqui a pouquinho ele deixa de ser Governador, é passageiro...

**(Aplausos)**

Vou votar a favor dos professores até mesmo porque a nossa universidade de Ponta Grossa está envolvida e tudo que diz respeito à Educação, estarei sempre ao lado dos professores, sejam eles municipais, estaduais ou do ensino superior. E o Deputado Péricles trabalhou muito nisso, fez um belo trabalho. Deputado Péricles, pode ter certeza que vamos derrubar o veto hoje. Hoje esse painel eletrônico vai pegar fogo, hoje vamos saber quem é quem.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vou solicitar o mesmo respeito que a galeria teve e merece dos Deputados, que haja reciprocidade. Por gentileza, Sras. e Srs. professores, não se manifestem durante a Sessão.

Obrigado.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, é que os professores estão emocionados, querendo derrubar logo esse veto...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não vamos fazer disso aqui um programa de auditório.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Apesar de ter alguns apresentadores de auditório aqui e me incluo, Sr. Presidente, graças a Deus e graças ao auditório é que estou aqui, não foi com o dinheiro de nenhuma empresa que estou aqui, cheguei pelo auditório, do rádio, do povo que defendo, estou aqui por eles!

**(Aplausos)**

Não fui eleito por nenhum empreiteiro nesse Paraná, nenhum empreiteiro botou dinheiro na minha campanha, cheguei aqui na raça, com auditório de rádio, trabalhando, levantando às 5h da manhã. Respeito V. Exa., mas sou um radialista, adoro a minha profissão e sempre vou trabalhar por ela. Quando se quer se faz as coisas.

Para terminar queria dizer aos professores que têm todo o nosso apoio, estou ao lado dos senhores, estou aqui para defender as pessoas que mais precisam. Vamos derrubar esse veto, esse veto é uma vergonha que o Governo fez, é uma falta de respeito aos professores, às pessoas que pagaram, às pessoas que sofreram, têm todo o nosso apoio! Vamos derrubar esse veto e Srs. Deputados que estão aqui, hoje, é hora de olhar no olho dos professores e votar a favor. Vamos derrubar essa vergonha que foi feita pelo Governador do Estado!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Bloco PSB/PRB/PV com a palavra o Deputado Reni Pereira.

## ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, nossos professores hoje aqui.

Conversava agora há pouco com a Deputada Rosane, e folheando a Ordem do Dia pude perceber que temos 14 projetos entre os quais, um que é o veto apostado do projeto de lei do Deputado Péricles, em relação ao reconhecimento dos diplomas emitidos pela Faculdade VIZIVALE. Percebi que 11 projetos que votamos hoje são de utilidade pública. Projetos que têm mérito, têm uma formalidade embutida que certamente temos o dever de votar, até porque são entidades que se propõe a fazer algo que deveria ser o Poder Público que estivesse fazendo, mas que precisa o reconhecimento, precisa desse diploma legal até para receber recursos públicos.

Inclusive perguntei para o Deputado Péricles uma das razões de veto. O Governador não está de todo errado na questão do formalismo, porque a rigor existe também um vício de origem. O Deputado Péricles, imbuído da melhor boa vontade de resolver uma situação de fato, como representante que é da população do Paraná e como membro deste Poder Legislativo, que num estado democrático e de direito, também tem que elaborar lei.

Aonde quero chegar, Deputado Waldyr Pugliesi? É que estive em Brasília semana passada, e, desta vez será sim, pela mobilização que percebi por lá e a esperteza que se utilizaram, será aprovada a Reforma Tributária. Jogaram para iniciar os efeitos a partir de 2010, terminando em 2018, 2020.

O que estaremos fazendo aqui, nesta Casa, em qualquer outra Assembléia Legislativa do país, a partir do advento da Reforma Tributária? Legislando sobre a utilidade pública, nome de rodovias, e algumas outras coisas que têm o seu mérito e o seu merecimento. Nas questões importantes como essa que estamos votando o veto, hoje, aqui, teremos muito esporadicamente a tratativa, Deputado Elio Rusch, numa Assembléia Legislativa. Porque a rigor, essa reforma está retirando a competência inclusive dos Deputados Federais de legislar sobre a matéria tributária.

Deputado Cheida, estive com o Relator da constitucionalidade, e ele entendeu que quando a UNALE criou essa Comissão para acompanhar a reforma tributária, ela não queria dar palpite, ela queria acompanhar e alertar que todo o esforço que de repente o Governo Federal está despendendo as energias, as articulações, as negociações para aprovar a reforma tributária, vá tudo por água abaixo, se a Assembléia do Acre, do Paraná ou de Santa Catarina recorrerem ao STF e falarem que de acordo com o artigo 60 da Constituição Federal, nenhuma emenda tendente a diminuir o pacto federativo sequer pode ser discutida. Essa está diminuindo, está retirando dos estados a competência legislativa.

Estão conversando com os Governadores, com os Secretários da Fazenda, mas quem efetivamente legisla são os Poderes Legislativos. Nesse sentido, Sr. Presidente, do dia 28 ao dia 30 de maio, a UNALE já convocou todos os Deputados Estaduais do país, juntamente com os Presidentes de Assembléias, para discutirem a reforma tributária. Lá estará presente também, a nosso convite, o Relator da constitucionalidade, que já terá emitido o seu parecer, tentando tirar esse vício. O que vai ocorrer, efetivamente, se aprovar da maneira como veio a mensagem? Estará ferindo o pacto federativo. Depois de aprovado, pode cair toda essa emenda constitucional da reforma tributária no Judiciário.

O que é que a UNALE se propõe a fazer agora? A partir da fase de acompanhamento, que é a Comissão que eu presido, juntamente com um Deputado do Pará, para ação efetiva, sentar-se à mesa o Colégio dos Presidentes de Assembléias, um representante da UNALE, para que efetivamente as Assembléias Legislativas colaborem com a reforma tributária, mas não percam o poder de legislar, porque fatos como esses que temos aqui, certamente continuarão ocorrendo na sociedade brasileira, não só na sociedade paranaense.

Cada vez que o Legislativo Estadual, e nesse caso também o Federal, cede um pouquinho do seu poder, estamos cedendo também um pouquinho do poder da população em se fazer ouvir.

Foi assim quando as Assembléias perderam a competência sobre legislar, sobre a criação de municípios, que até hoje não voltou e dificilmente voltará e será assim também se perdermos a competência de legislar em matérias tributárias.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Deputado Reni, confesso a V. Exa. que tenho acompanhado o seu trabalho na defesa dos interesses do Paraná, representando este Parlamento de forma brilhante. V. Exa. é um expert no assunto. Quero cumprimentar o Presidente da Casa pela indicação do seu nome, representando a Assembléia Legislativa do Estado nessa Comissão em Brasília. Tenho confiança absoluta de que, na verdade, V. Exa. muito bem coloca, com muita propriedade, que as prerrogativas que cabem ao Parlamento Estadual em defesa do estado como um todo, devem realmente ser preservados e esse é o momento oportuno, para que possamos nos inserir nessa reforma tributária, tão propalada pelo Governo Estadual, pelos Governos Estaduais e Federal, pelo Congresso Nacional. E com certeza, vamos aprimorar o texto. Tenho convicção de que o Deputado Reni haverá de fazer um extraordinário trabalho em defesa dos paranaenses. Queira ou não, haverá de escrever o seu nome na história do Paraná.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Deputado Traiano. Quero agradecer não só a Mesa Executiva, aos Deputados que me indicaram para a UNALE, mas também nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, que também referendou meu nome em Porto Alegre.



Esse trabalho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a receptividade que tive, não só do Relator da matéria, o Deputado Luciano Piciani do Rio de Janeiro, mas principalmente do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Osmar Serraglio, que já me indicou provavelmente presidirá a Comissão Especial, que é um Deputado de Santa Catarina.

No dia que eu estava lá numa reunião, pela manhã, com a Bancada do PMDB, que já está percebendo que há alguma coisa errada nessa reforma, chamaram o Ministro Guido Mantega e o Deputado Osmar Serraglio foi muito feliz na colocação dele, dizendo que feria, sim, o pacto federativo, e a anterior já feria, e ele fez uma flexibilização a pedido dessa Comissão que só existia no Paraná na época, que não existem mecanismos nessa reforma que vão coibir a guerra fiscal. A guerra fiscal já existe à proteção da lei hoje. Existe o CONFAZ que tem que ser ouvido em qualquer benefício fiscal que qualquer estado conceda. E o CONFAZ há muito tempo não opina sobre nada.

O que o Deputado colocou nessa Audiência, e que também estávamos presente, é que na nova reforma tributária também não existirão mecanismos que vão evitar que os estados mais fortes possam dar benefícios indiretos e continuem massacrando aqueles que estão precisando, às vezes, de um incentivo.

Quero deixar bem claro que esse trabalho que estamos fazendo lá é um trabalho técnico, que certamente visa preservar a competência legislativa deste Parlamento e de todas as Assembleias Legislativas. E dizer que a hora é agora. Se acompanhamos durante quatro anos outra reforma, no começo até posicionamos todos os Parlamentares da legislatura anterior do que acontecia, mas não levávamos a rigor de que aquela reforma iria acontecer. De fato, não aconteceu. Agora, esta, mais uma vez volto a falar: tem muito de inteligência no sentido de garantir a aprovação, porque é uma reforma que está sendo tratada com os atuais Governadores, mas ela vai valer para a maioria dos próximos Governadores, porque a maioria dos Governadores foi reeleita e eles estão travando a regra do jogo para os futuros Governadores, assim como os atuais Deputados Federais, se quiserem aprovar, estão fazendo uma legislação para os futuros Parlamentares.

E uma coisa que percebemos junto com o Senador que se fazia presente nessa reunião, do estado do Rio de Janeiro com o Relator, é que o próprio Parlamento Nacional, a Câmara, também está perdendo sua prerrogativa. Quem passará a ter competência para legislar sobre a matéria tributária, e mais uma distorção, serão 2/3 dos Governadores ou então 2/3 dos Senadores. Quer dizer, os Governadores passarão a ser legisladores. E para isto temos que nos mobilizar.

Então, fica aqui um convite e fica também o relatório do que fiz na semana passada, lá em Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado ao Partido Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança do Partido Democratas (Deputado Plauto Miró)***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero aqui registrar a posição do Partido Democratas, o qual tem na sua Bancada os Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Osmar Bertoldi, nossa pessoa e o Presidente desta Casa, de que nós votaremos pela derrubada do veto.

Esperamos que no dia de hoje possamos definir esta situação, vindo a votar, vindo a ter o resultado. Esperamos que todos os Deputados desta Casa possam ter a sensibilidade de votar a favor da derrubada do veto.

E quero dizer, Sr. Presidente, da importância que tem este painel, porque hoje, através dele, o Paraná vai poder saber a posição de cada um dos Deputados, porque é um costume já há bastante tempo, de no momento em que se apresenta um projeto, se tem uma pressão popular, acaba esta Casa votando esse projeto e aprovando. Depois esse projeto é encaminhado ao Poder Executivo e quando o Poder Executivo veta a determinada lei e retorna esse projeto para a nossa Assembleia Legislativa, uma boa parte daqueles Deputados - que defendiam o projeto e votaram a favor - acabam mudando sua forma de pensar e mudando sua maneira de posicionar-se dentro desta Casa.

Então, hoje quero que todos votem de acordo como votaram no momento de aprovar este projeto e naturalmente derrubando o veto.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer que estamos encaminhando o requerimento, hoje, para pedirmos informações sobre o porto de Paranaguá. São várias questões que dizem respeito ao terminal de álcool, aquele terminal público que foi construído com recursos do Governo do Estado do Paraná, recursos públicos com custo de mais de R\$ 11 milhões. E queremos saber a situação na qual está esse terminal. Era um terminal para ser usado estritamente para se exportar álcool e, infelizmente, pela informação que temos, desde o mês de outubro, quando ele foi inaugurado, até hoje não funcionou.

Então, tem certas coisas que precisam ser esclarecidas, que através deste requerimento estamos pedindo. E esperamos que a superintendência do porto de Paranaguá possa, o mais rápido possível, responder a estas perguntas.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (**Aparte**)

Me permita V. Exa. está falando, estou concentrado em outro assunto, mas V. Exa. está falando de uma assunto importante e aproveito para convidá-lo. Fui convidado pela Associação Comercial de Paranaguá para amanhã fazer uma reunião em Paranaguá para discutirmos a questão do porto. A situação do porto é gravíssima, o

canal da Galheta é precário, que dá a entrada aos navios. Estamos na iminência de um navio encalhar, e na hora que um navio encalhar o porto de Paranaguá vai sofrer todos os prejuízos. Então aproveito, se V. Exa. ou se algum Deputado desejar descer a Paranaguá amanhã à noite para discutirmos com a Associação Comercial que está preocupadíssima com essa situação, e ao mesmo tempo cumprimento V. Exa. pela preocupação de tão importante setor da economia do nosso estado.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)**

Agradeço o seu aparte, Deputado Rossoni, e quero dizer que estou à disposição para irmos até Paranaguá e ouvirmos as autoridades, os moradores, as lideranças daquela região, que vivem aquilo que realmente acontece no porto, porque hoje, através dos meios de comunicação, da divulgação, acaba-se dando uma determinada versão àquilo que acontece, ou não acontece dentro do dia-a-dia do porto. E a presença, o diálogo, a conversa vai fazer com que os reais problemas possam vir à tona para que inclusive nós, como Oposição, possamos apontar e sugerir para o governante, para o Superintendente, o Eduardo Requião, o irmão do Governador do Estado do Paraná, para que possa se resolver e amenizar os problemas que existem naquele porto.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Plauto, quero dizer a V. Exa. que com muito respeito eu ouço o seu pronunciamento e desejo que V. Exas. possam ir lá no Mercado Municipal, amanhã, comer um bom camarão, um bom peixinho, e certamente ficarão muito felizes. O porto está muito bem administrado, o porto tem batido todos os recordes, e certamente o seu pedido de informação vai ser aprovado para que possamos esclarecer todos esses dados. Agora, reconheço que o porto de Paranaguá suscita muitos interesses, tem interesses contrariados, interesses poderosos, reconheço que os representantes desses interesses muitas vezes se manifestam aqui nesta Casa, mas entendo também que o processo democrático é isso mesmo, bem disse ali o Deputado Jocelito ainda há pouco, cada um foi eleito por um segmento; os que foram eleitos pelos segmentos do poder econômico e que têm interesse contrariado no porto, é claro que querem denegrir o nosso porto público. Mas o nosso porto público vai muito bem e certamente o seu pedido de informação será aprovado nesta Casa para que possamos esclarecer tudo de forma muito transparente.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)**

Agradeço o seu aparte.

E quero aqui trazer, novamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aquele pronunciamento da Senadora Kátia Abreu, lá no Senado Federal, no qual ela lia um relatório da Marinha Mercante apontando os problemas dos

portos brasileiros, e o porto de Paranaguá estava numa situação pior comparado com os demais portos do Brasil. Apontava ela que ineficiência do porto de Paranaguá fazia com que os custos dos produtos pudessem elevar-se, sendo o porto de Paranaguá o porto que, comparado com os demais portos do mundo, está numa situação que oferece os seus serviços nos preços mais elevados.

Então, acho que tem muita coisa para se ver, tem muita coisa para se analisar para trazer à tona, porque o custo do porto acaba diretamente atingindo o bolso do cidadão, o bolso dos paranaenses e dos brasileiros. Então, tem, sim, que o porto de Paranaguá ser investigado, receber a visita dos Parlamentares, e dentro de tudo aquilo que ali acontece ser investigado, e depois de investigado encaminhado ao Ministério Público para que possa ele dar o encaminhamento mais correto.

E para finalizar, tem lá, eu repito, o “fura filas”, tem um problema sério. Para vocês terem uma idéia, a cada dia que um navio fica atracado em alto mar, esperando para ser chamado para atracar no porto, ele custa US\$ 40 mil, Deputado Valdir Rossoni, eu vou repetir, US\$ 40 mil. Tem denúncias e não vamos aqui dizer que são verdadeiras, mas existem essas denúncias, e por isso temos que investigar que um navio está passando na frente do outro. Então, veja bem, se custa US\$ 40 mil um navio ficar parado, se passa um navio na frente do outro, com certeza, há indício de irregularidade no momento em que o fura-fila acontece.

Esperamos esclarecer tudo isso! Repito - US\$ 40 mil o dia do navio parado, aguardando para atracar. É estranho que o navio que chega no mesmo dia já pula na frente daquele que está há uma semana aguardando para atracar.

Isso é indício de irregularidade!

Muito obrigado!

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Pela Ordem)**

Gostaria de comunicar esta Casa que, no dia de amanhã, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente programou uma reunião grande com várias secretarias, com o Instituto Nacional de Embalagens Vazias e todas as Cooperativas do Paraná, para tratar da retirada do BHC e de outros produtos similares proibidos no estado do Paraná. Será às 10h da manhã.

E V. Exa., Sr. Presidente, encaminhou a mudança do horário das Sessões, teremos Sessão amanhã pela manhã e não à tarde.

Peço, Sr. Presidente, que justifique a minha ausência, porque presido a Comissão de Ecologia. Esta reunião é impossível ser desmarcada, dado o fato de que alguns empresários de outros estados já se deslocam para cá e para o estado do Paraná é vital, porque contribuirão, com recursos, para que tiremos esse veneno do Paraná.

E tão logo termine a nossa reunião virei para o plenário para continuar a Sessão com todos os demais Pares.

Muito obrigado!

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Pela Ordem**)

O mesmo se aplica à minha pessoa, Sr. Presidente. Também estarei nessa Comissão junto com o Deputado Cheida.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A pedido do Deputado Ney Leprevost, registramos as presenças dos Srs. Francisco e José Walter, de São Mateus do Sul.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

No horário do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Domingo de Páscoa, vida nova! Apenas pra lamentar que no Paraná, contrariando o restante do Brasil, a classe trabalhadora se “ferrou”, porque o salário-mínimo regional aqui só vai entrar em vigor a partir de maio. Tem muito trabalhador que só vai ver ovinho na vitrine.

Sr. Presidente, o funcionalismo público estadual também tem me pedido: “Nós aqui, também precisamos de aumento salarial.” Não só para quem está na ativa, mas quem já se aposentou.

Tomara que o espírito de Páscoa baixe no coração de nossas autoridades para reajustar o salário dos nossos servidores públicos estaduais.

No tocante ao Presidente Lula, ele tem seus méritos, seus grandes feitos, mas no tocante ao aposentado brasileiro, infelizmente, entra Governo, sai Governo, entra Governo, sai Governo e o aposentado, coitado, o salário dele vai sempre de marcha a ré. Vem assim há muitos anos. Cada Governo que entra parece que tem ódio, tem bronca, tem nojo, sei lá, tem náusea de aposentado. Eles dão aumento para o pessoal da ativa e para o aposentado um aumento menor. Fez assim também o Presidente Lula, agora. Aumentou 9,2 o salário-mínimo e para os aposentados Deputado Dobrandino, V. Exa. que está perto da aposentadoria merecida, não adianta V. Exa. querer receber mais de um salário-mínimo de aposentado porque vai se “ferrar”. O Presidente Lula deu 9,2% de aumento para os aposentados de um salário e para os demais apenas 5%. Então, chega um ponto que parece que é besteira a pessoa querer ter uma aposentadoria melhor que ele pagou, ele contribuiu durante 30, 35, 40 anos. Tem muitos que começaram a trabalhar desde criança. Se o Presidente Lula tem méritos em vários aspectos do seu Governo, no tocante à política de salário de aposentados, nota zero. Nossa tristeza pela discriminação que os nossos governantes praticam, que é uma verdadeira afronta, uma ofensa à dignidade dessa classe que, ao longo de muitos anos, trabalhou colaborando, engrandecendo e ajudando no progresso do Brasil.

Para terminar, Presidente, não poderia ficar alheio aos ilustres visitantes que estão nas galerias desta Casa, que é a Casa deles. Se estou aqui como Deputado devo ao povo. Sem o povo eu não seria ninguém, não estaria aqui como Parlamentar. Quero crer que é assim com todos os nobres colegas. Ninguém aqui fez mágica, ninguém se elegeu com estrutura artificial. Para estarmos aqui ocupando um mandato de Deputado dependemos deste povo que está nas galerias e dos demais paranaenses. Nós dependemos do povo e é a esse povo que devemos dedicar o nosso mandato, servir ao nosso povo.

Por isso, Presidente, quando vejo o problema do veto que vamos votar, hoje, da VIZIVALE do Iguaçu, eu estava conversando e parabenizando o nobre Deputado Péricles. Parabéns a V. Exa. pela luta! Nota 10! V. Exa. engrandece esta Casa. Eu trocava uma idéia com o Deputado Péricles e estava vendo o que aconteceu com esse pessoal e com milhares que não puderam estar aqui.

Nós tivemos, nobre Presidente, 35 mil estudantes do Paraná que fizeram o curso na VIZIVALE. Esse curso foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação na modalidade semipresencial. Se tiver alguém que, porventura, não sabe o que é semipresencial: uma parte do curso pode ser feita em casa, outra parte é comparecendo ao próprio local, ao próprio colégio. Pois bem, o requisito para esses 35 mil alunos se matricularem era que eles tinham que estar no exercício efetivo do magistério. Daí começa, Presidente Nelson Justus, a encrenca. Dos 35 mil estudantes, somente 12 mil estavam habilitados para fazer o curso e 23 mil entraram pela porta dos fundos.

O que fizeram as autoridades para fiscalizar, para ver se estava irregular ou se não estava irregular o curso? Desde o ano de 2002, não fizeram nada. Então, o que está acontecendo? Os 12 mil que estavam efetivamente no exercício do magistério estão sendo altamente prejudicados em função dos 23 mil que entraram de maneira ilegal para frequentar esse curso, volto a repetir, autorizado pelo Conselho Estadual de Educação. E não foi de graça que esse pessoal estudou, não. Muitas vezes a pessoa para estudar, Deputada Cida Borghetti, nós conhecemos a vida no interior, muitas vezes o namorado chega para a namorada e diz: “Você que escolhe: o estudo ou eu.” Às vezes tem problemas até dentro de casa. Quando contorna o problema, esses 35 mil que fizeram o curso, não fizeram de graça. Cada um, um curso de duração de 27 meses, cada um teve que pagar 27 prestações de R\$ 165 por mês. Alguém vai dizer: “É pouco dinheiro”. Mentira! Tem cidade pequena que a pessoa não tem emprego para arrumar o dinheiro no final do mês. É possível que tenha gente que deixou de comprar leite ou pão para poder pagar o curso. Dá um total de R\$ 4 mil 555 que esse povo pagou para fazer o curso. E o que estou concluindo é que eles caíram no golpe do curso, porque agora vem o Conselho Nacional de Educação, de maneira arbitrária, arrogante, inconveniente e diz: “Esse curso é ensino à distância, o que só nós podemos autorizar o seu funcionamento.”

Então, isso é um golpe que deveria ter uma punição a quem estava no Conselho Estadual de Educação e que não fiscalizou para ver se o curso estava legalizado. Tinha que ter uma CPI para punir esse pessoal que está em Brasília, nos confortos dos palácios em Brasília e no Conselho Nacional de Educação. Não fizeram nada para fiscalizar um curso que envolvia 35 mil estudantes do interior do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, é um golpe em que eles foram vítimas. Por isso, já assinamos junto com nossos colegas, um requerimento pedindo que seja votado em primeiro plano. Primeiro seja votado, na Sessão de hoje, esse veto que foi colocado pelo Governador e que, em solidariedade a essa gente que sai do interior e vem aqui na esperança de legalizar uma situação que eles aguardaram com ansiedade durante quatro anos, estamos aqui para dizer que vamos votar contra o veto, a favor de quem se sacrificou para estudar e que merece ter o seu diploma reconhecido, sim.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, PT, com a palavra o Deputado Péricles, por 10 minutos.

### ***Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero inicialmente cumprimentar os professores que abrilhantaram esta tarde na Assembléia. Já vieram aqui muitas vezes defender seus mais legítimos direitos, inclusive na Audiência Pública que fizemos nesta Casa, neste mesmo local. Em 27 de fevereiro tivemos mais de 1.000 professores presentes. Agradeço mais uma vez a presença dos professores.

Em primeiro lugar, acho que todos amadurecemos muito com relação a esse problema desde que apresentei o projeto original que depois foi emendado pelo Deputado Caíto Quintana. Estou muito otimista pessoalmente com relação à solução definitiva para essa questão, como já disseram outros Deputados, que aflige mais de 35 mil paranaenses, que se sacrificaram e realizaram o curso na mais absoluta boa-fé. Um curso aprovado e legitimado pelo Conselho Estadual de Educação, que não é um órgão de Governo, mas um órgão de estado, permanente, democrático. Estou muito otimista porque, desde o momento em que apresentei o primeiro projeto, muitas coisas aconteceram. E um acontecimento marcante foi a Comissão, no dia 27 de fevereiro, que elegeu uma Comissão formada por mim e pelos vários Deputados que participaram, pelo Conselho Estadual de Educação, através do seu Presidente, professor Romeu, por um estudante, um aluno escolhido pelas pessoas que estavam aqui na Audiência Pública, que estava acompanhando as reuniões, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, que tem envolvimento direto com o problema, pela APP-Sindicato, através do

professor José Lemos, seu Presidente e suplente, Deputado do nosso partido, nesta Casa, pelo Presidente da UNDIME, uma entidade da mais alta representatividade, que representa todos os dirigentes municipais da Educação do Paraná, pela própria VIZIVALE, através do professor Paulo e pelo Ministério Público, que está envolvido nesse problema. São oito pessoas.

Deliberamos na última reunião que vamos até Brasília. Essa Audiência foi marcada para quarta-feira que vem, através do Deputado Federal Ângelo Vanhoni. Sermos recebidos na quarta-feira, na semana que vem, pelo Chefe de Gabinete do Ministro, com a possibilidade de o Ministro da Educação nos receber, pelo Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação.

Qual a solução que estamos construindo, com o apoio do próprio Conselho Estadual? Primeira proposta: vamos conscientizar o Conselho Nacional que ele deve voltar atrás no seu parecer, que foi exarado em 2007, depois de milhares de pessoas concluírem o curso autorizado pelo Conselho Estadual e o Conselho Nacional negando pareceres anteriores, Deputado Romanelli. Deuse o parecer dizendo que esse curso não era semipresencial, portanto, não competia ao Conselho Estadual e, sim, a ele, o Conselho Nacional, porque era um curso de educação à distância, anulando tudo e trazendo sérios prejuízos.

Conversamos com o Padre Domênico Costela, que tem uma análise profunda do que aconteceu no Conselho Nacional, que conhece o Conselheiro que exarou o parecer. Estamos muito otimistas em demover o Conselho e fazer com que ele volte atrás. Se isso acontecer, na quarta-feira resolvemos imediatamente, sem precisar nem desse projeto, aqui, aprovado por unanimidade. A solução para resolvermos a questão de 12 mil alunos, que cumpriam os pré-requisitos conforme determinação do Conselho Estadual, eles terão imediatamente reconhecidos e registrados os seus diplomas, pelas instituições de ensino superior no Paraná.

Restará a questão que aflige mais de 20 mil estagiários, que não eram professores, mas o Conselho Estadual está com muito boa vontade e apontou na reunião da Comissão um caminho - depois, vamos consultar todos os estudantes - o caminho apontado pelo Conselho Estadual é que uma vez resolvida a questão deste, ele passa a reconhecer os conteúdos que os estagiários praticaram no seu curso e a partir daí as instituições estaduais oferecerão uma complementação gratuita, para que também os estagiários, que não cumpriam os pré-requisitos da legislação estadual, possam ter seus diplomas registrados e reconhecidos pelas universidades estaduais do Paraná.

Não vamos criar conflitos entre nós, porque entre nós não existe conflito. O Deputado Romanelli, Líder do Governo, pensa exatamente como pensa o Deputado Rossoni, que é Líder da Oposição, porque os dois, como todos nós, aqui, a coisa que mais queremos é resolver esse grave problema, para mais de 35 mil pessoas, repito, que fizeram o curso de boa-fé, pagaram, saíram de suas

casas, viajaram longas distâncias, abandonaram as suas famílias, para um curso que o próprio Conselho Estadual, o próprio estado autorizaram para que funcionasse. Não há conflito entre nós e não há conflito entre nós e o Governador Roberto Requião, porque o Governador, quando vetou o nosso projeto, não entrou no mérito. Ele não disse: “Veto esse projeto, porque ele está errado. Sou contra a reconhecer diplomas para esses alunos.” Não, pelo contrário, quando entrei com esse projeto, a Secretária Lygia veio aqui na ante-sala deste plenário, conversou com a Bancada da Situação, para que em um consenso, mesmo nós tendo algumas dúvidas sobre a questão legal, achamos que era uma forma de resolver, porque as universidades teriam legalidade para registrarem os diplomas que os Reitores não querem autorizar por causa do parecer do Conselho.

Então, foi um parecer. Só que daí, no trâmite do processo, o Deputado Caíto, com as suas razões também, entendeu que não era para resolver só 12 mil, mas para todos, e emendou. A Assembléia aprovou por unanimidade. Mas daí veio o Ministério da Educação e colocou uma outra posição, o Conselho Estadual questionou o fato pré-requisito e não teve mais o consenso. O Governador questionou apenas o fato de não poder ser de iniciativa da Assembléia. Ele tem as razões dele, não entrou no mérito.

Eu sou franco, quando o veto vier para ser votado, eu votarei contra o veto, mas acho que é sábio de todos nós retirarmos o veto por 10 dias, pelos motivos que eu já falei, tanto que a mobilização dos senhores, hoje, que eu respeito muito, foi feita com alguns sindicatos, mas a Comissão não fez uma mobilização geral no Paraná, por quê? Porque a Comissão está esperando esse encaminhamento, Presidente da Assembléia, que adiemos o veto. Tanto que a VIZIVALE, eu conversei com o professor Paulo, mobilizaríamos o Paraná inteiro para derrubar o veto, mas em função dos avanços que tivemos na Comissão, é desnecessário.

Então, seria sábio de todos nós, Deputado Marcelo, na minha opinião, que retirássemos o veto de votação para não criar falsos e artificiais conflitos, porque isso não existe entre nós, e que daqui a 10 dias nós possamos já trazer, se Deus quiser, com o esforço de todos nós, uma solução definitiva para esse grave problema que aflige o povo paranaense.

Então, faço apelo, entrei com requerimento ao nosso Presidente que tem maturidade e experiência, todos que assistem a TV SINAL sabem por que o Deputado Nelson Justus é nosso Presidente e foi eleito por, praticamente, a votação de todos os Parlamentares. Então, apelo ao Presidente, à Mesa da Casa, que retiremos por 10 dias o veto, para depois, se não der certo em Brasília, que eu tenho certeza que vai dar certo, nós possamos votar com mais tranquilidade, mais profundidade o conteúdo desse veto feito pelo Governador Roberto Requião.

### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

Deputado Péricles, estou acompanhando o seu pronunciamento atentamente e acho que devemos, sim, votar o veto na tarde de hoje. Não estamos em conflito, Deputado Péricles, o senhor falou muito bem, a Assembléia aprovou o seu projeto por unanimidade e em todas as comissões nós aceleramos o processo de aprovação desse projeto. O conflito veio do Poder Executivo. Lá no Poder Executivo, o Chefe assinou contra o seu projeto e mandou de volta aqui para a Assembléia. Acredito que não teremos nenhum tipo de dificuldade para derrubarmos esse veto, mesmo porque se trata de uma das maiores lambanças que o Governo do Estado já fez com os nossos professores do estado do Paraná. É a opinião, tenho certeza absoluta, da maioria dos Parlamentares, através desse projeto. Aprovado, derrubado o veto nesta tarde, tenho certeza absoluta que a Secretária e até mesmo o Conselho, que deveria ter tido a boa vontade no momento que houve o parecer do Conselho Nacional, em 2007, o Conselho Estadual deveria ter se manifestado e levantado a voz.

### **O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Deputado Marcelo, não sei se o senhor prestou atenção na minha argumentação, veja bem, o conflito não é entre nós. Agora, existe um conflito entre o substitutivo com o Conselho Estadual de Educação, porque esse projeto permite que as pessoas que não tinham os pré-requisitos, conforme a legislação do Conselho, tenham os seus diplomas, e estamos achando uma solução definitiva.

Então, volto a insistir com os Srs. Deputados que acompanharam o pronunciamento, acho que é mais correto retirarmos por 10 dias e talvez termos uma solução definitiva já quando esse veto voltar, por força da regulamentação da Casa, do Regimento Interno, para a votação. Apelo a esta Casa pela retirada por 10 dias, e serei o primeiro a mobilizar com a VIZIVALE, com toda a população, todos os estudantes, todo o Paraná, quando for apreciado o veto daqui a 10 dias.

Muito obrigado.

### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PSDB: com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Péricles, não tive nenhuma preocupação, em nenhum momento, em tirar o mérito do projeto de V. Exa., mas V. Exa. também, em nenhum momento, daquela tribuna, falou da minha participação na CCJ. Talvez V. Exa. esteja esquecido, mas tenho que restabelecer a verdade aqui e quem é Parlamentar nesta Casa conhece a minha atuação aqui. Eu sou um Deputado de apresentar poucos projetos de lei, por quê? Porque o

Poder Legislativo estadual está limitadíssimo. Quem é Vereador aqui sabe que o Legislativo municipal e o estadual estão limitadíssimos a apresentar projetos! E eu sou avesso, Deputado Waldyr Pugliesi, a apresentar projetos para enganar a população!

Teve um determinado dia que vieram aqui centenas de agricultores, num projeto da Deputada Luciana Rafagnin, e eu alertei os agricultores que estavam aqui e tinha agricultores da minha região: meus queridos agricultores, este projeto é só para jogar para a torcida. Dito e feito, os agricultores que estavam aqui se dirigiam com a Deputada Luciana Rafagnin ao Palácio Iguazu e era o que eu disse: não tinha dinheiro no orçamento, o projeto era um jogo de faz de conta.

Quando esse projeto apareceu na CCJ, que é a Comissão que dá o parecer sobre a constitucionalidade, fui o primeiro Parlamentar a argumentar: é constitucional ou não é constitucional? Porque eu sabia da preocupação dos Prefeitos, dos Vereadores e dos professores sobre esta questão. Houve um amplo debate, eu fiz lá o papel do advogado contrário aos professores, para deixar legitimado que iríamos votar em Plenário no dia de hoje. Naquele dia, o que aconteceu? O Deputado Caíto questionou, houve questionamento e como disse aqui o Deputado Rangel: “Aprovado por unanimidade”, eu me submeto, Deputados, à decisão presidida pelo Deputado Durval Amaral: “O projeto é constitucional”.

Vamos partir aqui do pressuposto, Srs. Deputados, que esse projeto é inconstitucional. Daqui a 10 dias está indo uma Comissão a Brasília para discutir com o Conselho Nacional o reconhecimento desses diploma. Será que não seria bom para esta Casa, para o Paraná e para os professores, darmos aqui uma demonstração que as autoridades paranaenses são favoráveis ao reconhecimento desse curso? O que nós perderíamos? Nada, zero! Estaríamos dando uma contribuição para essa Comissão, que vai falar com o Conselho Nacional de Educação, dizer o seguinte: “O Governador do Paraná, o Presidente da Assembléia, os 54 Deputados reconhecem esse curso e o esforço desses professores que legitimaram esse curso. Seria, sem nenhuma dúvida, uma demonstração de grandeza desta Casa.

Quero dizer aos senhores, ao invés de se irritar com este Parlamentar, passe a mão no telefone, ligue para o Sr. Governador e diga a ele: “Governador, vamos tomar uma atitude da seguinte maneira, estamos aqui PSDB, PMDB, PT, todos os partidos políticos, vamos tomar uma atitude em conjunto, dar uma demonstração política que nós todos reconhecemos a legitimidade desse curso”.

Certamente, essa Comissão que está sendo formada para ir a Brasília, iria legitimada com o apoio da Assembléia Legislativa. “Ah, mas isso não pode ser aprovado”. Por que não?

Ora, Srs. Deputados, esse projeto não passou pela Comissão de Educação? Esse projeto não passou pela CCJ? Sim. Esse projeto, não foi votada a constitucionalidade aqui nesse Plenário? Porque o projeto quando

vem para a Casa, a 1ª votação é a sua constitucionalidade. Ninguém questionou. Foi votada a 2ª, que é o mérito. Ninguém questionou. Foi votada a redação final, que é a 3ª votação. Ninguém questionou. Aí o projeto vai para o Governador sancionar. Aí o Governador veta. Aí parece que há o vacilo do que já tomamos a atitude. Se votarmos contra hoje, se votarmos aqui favoráveis ao veto, estaremos contradizendo a nossa votação anterior, porque esse projeto, Deputado Nelson Justus, já passou por aqui. Ele já mereceu o voto de todos os Parlamentares, na sua constitucionalidade, no mérito desse projeto. Agora estamos apreciando, está em questão aqui o veto do Sr. Governador.

Que bonita seria, que grande demonstração que seria se o Líder do Governo - ele se irrita comigo - mas eu estou fazendo uma proposta. Vamos ligar para o Governador. Tenho certeza absoluta, com todas diferenças que tenho com o Governador, que o Governador, se receber uma boa explicação desse projeto, não tenho dúvida que ele irá liberar a sua Bancada. E, nós, Deputado Nelson Justus, daremos autoridade para falar em nome da Assembléia Legislativa, a Comissão que vai a Brasília, de ela dizer o seguinte: “Lá no nosso estado esse curso é reconhecido pelo Governador, pelo Presidente da Assembléia e pelos 54 Deputados”.

O que nós perdemos? Qual é o prejuízo que traríamos ao Governo do Estado? Nenhum!

Sinceramente, tenho dificuldade de compreender o posicionamento contrário à votação no dia de hoje. Estaríamos aqui, hoje, dando a legitimidade, a grande reivindicação, Deputada Cida, que é o reconhecimento.

Por que esta Assembléia está temerosa? Vou levar aqui, aos professores. Professores, eu nunca fiz isso. Não gosto, mas hoje vou fazer. Vou distribuir. Vou pedir para a minha assessoria distribuir aos professores a relação dos Parlamentares. É um direito que eu tenho e vou fazê-lo. Por que vou distribuir a relação dos Parlamentares? Não tem nenhum Parlamentar doente, com licença médica. Senão eu estaria aqui, falando e até protegendo esse Parlamentar de uma injustiça.

Mas, não tenham dúvida, o Parlamentar que sair - V. Exas. vão ver a irritação com a minha fala - o Parlamentar que se ausentar do plenário estará contribuindo para derrubar os nossos objetivos. O Parlamentar que permanecer em plenário, votar aqui contrário ao veto, estará votando favorável aos professores.

Então, se os senhores e as senhoras observarem aqui, naquele painel, a ausência de Parlamentares, ele estará contribuindo para que o curso dos senhores não seja reconhecido.

Professor Luizão, não custa nada aos cofres públicos do estado do Paraná! Zero! Quem vai pagar o reajuste, os avanços aos professores são os municípios. Não entendo o porquê de não darmos uma demonstração política. Ou senão o Deputado autor do projeto sobe naquela tribuna.

Concluo, Sr. Presidente, senão temos que subir na tribuna e pedir desculpas, porque esse projeto já passou pelo nosso crivo em três instâncias e está voltando para apreciarmos o veto.

Desculpem àqueles que desagradei, mas, às vezes, a verdade é doída. Quero dizer aos professores que estão aqui: a votação vai ser lá pelas 20h, pelo que estou sentindo. Vamos à luta! Porque, certamente, essa demonstração política, precisamos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, professoras e professores.

V. Exas., com certeza, devem estar se perguntando por que têm que ser tão enganados? A primeira vez que foram enganados foi quando a VIZIVALE e o IESDE ofereceram um curso de ensino à distância, com base num parecer do Conselho Estadual de Educação feito em 2002, ainda no período em que era Líder do Governo, nesta Casa, o Deputado que acabou de falar. Hoje vocês devem estar olhando para o lado e perguntando: “Aonde estão as outras pessoas? As representações dos outros municípios?”

Quero dizer a vocês que foram novamente enganados! Porque quando o Deputado Valdir Rossoni os convidou para virem aqui, hoje, ele foi antes ao Presidente da Assembléia, incluiu esse veto, como se esse veto, a derrubada do veto fosse uma panacéia para resolver o problema do reconhecimento do diploma que vocês obtiveram com muito sacrifício e com muito esforço.

Vocês ouviram, aqui, especialistas em demagogia. São pessoas insensíveis, que a única coisa que querem fazer é enganar as pessoas. E quando o Deputado Péricles, responsabilmente, propôs esse projeto nesta Casa - naquele dia mesmo, o Governador Requião me disse por telefone: “Romanelli, o Péricles, como Presidente da Comissão de Educação, conversou com a Lygia e está tentando encontrar uma solução pelas pessoas que fizeram curso da VIZIVALE. Pode ser que a UNICEMP e a UEPG possam ser a solução para o reconhecimento do diploma.” Vimos que não era e foi por isso que o Governador Requião vetou o projeto, porque o projeto não resolve legalmente a questão. A solução não está aqui no Conselho Estadual de Educação. Houve uma modificação!

Vocês são pessoas que fizeram, curso superior recente, são pessoas inteligentes. Houve uma modificação do parecer do Conselho Nacional de Educação que modificou, substancialmente, seu posicionamento, tornando irregular o registro, a homologação do diploma. Essa é a verdade, o resto é demagogia pura para enganar

vocês que vieram aqui, hoje, nesta Casa. A solução passa por Brasília, passa por essa Audiência Pública onde o Governo Estadual estará representando, junto com o Presidente da Comissão de Educação, a Secretária de Ensino Superior, Lygia Pupatto, e muito provavelmente até o próprio Governador Requião estará participando dessa Audiência no Ministério da Educação, para buscar uma solução que vise alterar essa resolução do Conselho Nacional de Educação.

No mais, vocês, lamentavelmente, pessoas inteligentes vieram aqui para servirem às velhas raposas da política; vieram aqui para servirem de massa de manobra; vieram aqui para serem enganados! Enganados por pessoas inescrupulosas que não querem, de fato, uma solução para o problema. Solução foi essa quando o Deputado Péricles propôs esse tema. Como solução também foi quando a Deputada Luciana Rafagnin fez aqui um projeto de habitação rural, que o Líder da Oposição acabou de dizer que era demagogia. Sabe no que resultou o projeto da Deputada, que ele disse que era demagogia? Em 6 mil casas de habitação rural dos agricultores da Agricultura Familiar.

Essa é a Oposição aqui que serviu, vocês sabem, serviu à ditadura; serviu ao Governo Jaime Lerner e que, lamentavelmente, a única coisa que quer fazer é um desserviço à Educação. Quando agimos, agimos de forma responsável, a Bancada de sustentação, do PMDB, do PT e os Parlamentares que nos apóiam nesta Casa. Como também age o Governador Requião que está sensível a este problema e sabe que é um problema grave que tem que ser enfrentado pelos cerca de 10, 11 mil professores municipais que participaram, que lutaram pelas outras pessoas, que daí sim, lamentavelmente, foram enganadas, porque não havia autorização do Conselho Estadual de Educação e que vocês sabem, vou repetir: quem autorizou o programa de capacitação dos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil na forma semipresencial foi uma autorização do dia 5 de dezembro de 2002, pelo Parecer nº 1182, de 2002, também do Conselho Estadual de Educação, antes de o Governador Requião tomar posse.

Por isso, estou explicando a vocês que aqui vieram. Aqui houve uma Audiência Pública há duas semanas, essa Audiência formou uma Comissão do Estado inteiro e fez um encaminhamento que é o encaminhamento da razão e da solução e não da demagogia. Por isso que vocês são pessoas inteligentes, não se deixem enganar! Vocês são professores e formam nossos filhos e os formam entendendo o que é cidadania! E cidadania é falar a verdade e não enganar as pessoas.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendo que V. Exas. são responsáveis e aqui vieram trazidos pelo voto e têm que ser coerentes. Portanto, acredito que V. Exas. não vão partilhar dessa mesma farsa que, lamentavelmente, o Líder da Oposição faz hoje aqui, nesta Casa. São palavras duras, mas tenho que dizer, porque não vou passar como bandido que quer impedir

o reconhecimento do diploma dessas pessoas. Porque V. Exas. manipulam essas pessoas que, inocentemente vêm aqui, como se derrubar ou manter o veto fosse a solução desse problema. V. Exas. têm que ser mais responsáveis e respeitar as pessoas que aqui vieram, com sua boa-fé.

Por isso, quero me somar ao encaminhamento dado pelo Presidente da Comissão e autor do projeto, Deputado Péricles, para a retirada do veto, para que esperemos a solução da negociação, em Brasília, que foi a posição responsável tomada pela Audiência Pública aqui realizada, pelos Parlamentares que têm compromisso com a Educação e da solução do problema. Por isso que peço aos Srs. Parlamentares, para que votemos o requerimento para que o veto não seja votado nesta data, aguardando a Audiência de Brasília.

Com aparte o Deputado Cleiton Kielse.

#### **O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

Deputado Romanelli, há cerca de 60 dias, estivemos juntos com o Ministro Fernando Hadad, na presença do Governador Roberto Requião, na presença de várias autoridades que estavam no Palácio, inclusive num almoço onde assinávamos convênios para a Secretaria de Estado da Educação. E nos exaltamos com o Ministro e com V. Exa., também, no respeito que tem aos professores do estado, com esse estelionato que foi feito contra os professores do estado, onde denunciei ao Ministério Público, o IESDE com a VIZIVALE, que arrecadaram mais de R\$ 120 milhões, repito, R\$ 120 milhões a todos os professores que estão aqui. Fomos conversar com o Ministro, mostramos o rito processual que foi feito desde o início, imploramos ao Ministro que ele nos desse guarida para o reconhecimento desses títulos. Ele olhou para o Maurício Requião, que estava sentado junto conosco e disse: “Maurício, como vocês deixaram acontecer isso no estado?”

Resumindo, o Ministro se prestou realmente a nos receber em Brasília, sabedor de todo o assunto. Fiquei meia hora com o Ministro, na hora do almoço, discutindo esse assunto. Ele chamou os interlocutores do Conselho Estadual, ligou para o Conselho Nacional de Educação e disse: “Como é que vocês deixaram acontecer isso com o Paraná?” Trinta e cinco pessoas enganadas! E o Requião foi muito claro. Disse: “Vamos fazer o que for possível”. Aí o Ministro disse: “Mas vocês não podem reconhecer um título dessa forma, da maneira como foi feito, da maneira como foi encaminhado o processo”.

Por isso, não estamos aqui para votar, de forma nenhuma, contra os professores. Queremos o reconhecimento.

**(É retirado o som)**

O acompanhamos até a saída no Aeroporto Afonso Pena, pedindo encarecidamente uma equipe do Ministério da Educação para nos ajudar a solucionar, não apenas caso ocorresse a devolução desse dinheiro, que não vai

acontecer. O IESDE diz que sou o inimigo público nº 1 deles. De forma nenhuma! Quero que eles tenham uma forma de reconhecer os títulos que ofereceram aos professores.

Tem gente que está há seis anos esperando isso. Tem gente que já foi promovida e vai perder a promoção, vai ser processado para devolver o dinheiro à Prefeitura. Por isso a responsabilidade do IESDE é muito grande.

Publicamente eu fiz um desafio ao Presidente do IESDE: ou você reconhece esses títulos ou devolve o dinheiro aos professores. Mas seria muita injustiça, porque os professores fizeram os cursos. Gente que viajava 300 quilômetros por semana para fazer o curso.

Por isso tenho certeza, Deputado Romanelli, que esse projeto, talvez, tenha sido uma tentativa, infelizmente frustrada, porque não haveria o reconhecimento do Ministério da Educação. Isso falado pelo Fernando Hadad, Ministro da Educação.

Temos que pegar representantes desses professores, irmos falar com o Conselho Nacional. Levamos a Secretária de Ciência e Tecnologia no mesmo dia a Brasília, porque ela tentou em Brasília e não conseguiu levar uma Comissão da Assembléia, e pegar Deputados Federais para que tenhamos o reconhecimento real desses títulos.

A Assembléia não é universidade para reconhecer títulos. Infelizmente!

Queria pedir desculpas aos professores por não ter trazido uma notícia positiva, mas que estou imbuído em resolver o assunto. Não criar factóides que venham trazer problemas ou discussões partidárias sem consistência. Queremos resolver o assunto, para que eles tenham o título na mão e sejam reconhecidos pelos títulos que eles merecem como estudantes que foram, se qualificaram e merecem as suas promoções nas suas cidades.

Muito obrigado!

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço ao Deputado Kielse pela responsabilidade da sua parte.

Encerro sobrando sete minutos para a liderança do Governo, que poderemos usar na sequência.

Agradeço a atenção e espero, às professoras e professores, ter podido manifestar de forma clara e objetiva o que acontece, realmente, porque não vim aqui para fazer demagogia, vim para falar o que é verdadeiro. A solução está em Brasília. E a Comissão que foi tirada daqui, em Audiência Pública, tem Audiência na quarta-feira que vem, em Brasília, e é lá que vamos buscar soluções.

Quero desde já me prontificar para ir, também, a Brasília, para lutar, para resolver o problema desses professores.

Era isto, Sr. Presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No horário destinado à Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.



## ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; meus caros professores, os filhos dos meus amigos estão aprendendo com as senhoras e com os senhores e certamente não estão aprendendo o tratamento que um Parlamentar deve dar a outro Parlamentar. Mas, certamente, se um aluno subisse àquela tribuna, o respeito seria igual ao que as senhoras e os senhores dedicam às suas famílias.

Por isso, quero dizer que a agressão é de quem não tem argumentos. Acusa-se o Governo anterior. Não estou aqui para defender o Governo anterior, 2002. Quem governava em 2004? Era o Governo do PMDB. E eles também retificaram a Resolução do Conselho Estadual de Educação. Um erro não justifica outro.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

Fiquei emocionado com este belo pronunciamento do Deputado Romanelli. Um belo pronunciamento. Queria apenas lembrar que esta Casa aprovou - se não me falha a memória em 2006 ou 2005 - a legalização de 18 mil servidores que estavam de forma ilegal no estado do Paraná. Servidores, no geral. Porque o Tribunal de Contas estava cobrando e não tinham cargos. Tinham feito concurso público, mas não tinham os cargos criados lá no Governo Requião, passado. Fez-se concurso e não se criaram os cargos. E nós aprovamos.

Por isso, entendi tudo o que disse o Deputado Romanelli. Tudo. Mas, concordo com V. Exa. O fator político é importante, Por isso, temos que derrubar o veto e eu concordo com V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Nelson Justus, quero me dirigir a V. Exa. Se numa eventualidade eu faltar com o respeito com um Parlamentar, quero lhe dar uma autorização permanente no meu vocabulário, para que o senhor me chame a atenção, porque fui enviado para esta Casa por mais de 70 mil paranaenses, por mais de 110 mil paranaenses, para exercer minha função de Parlamentar, com dignidade. Nós somos o que fazemos.

Por esta razão, se for derrotado ou não, vou manter aqui o equilíbrio, a tranqüilidade, e principalmente a educação que os meus professores me ensinaram desde o primeiro dia que eu ia de chinelinho de dedo para a minha escola.

E quero dizer aqui, aos Srs. Deputados, que comecei a minha carreira política não na ditadura, e nunca fiz parte da ditadura, me elegi legitimamente um jovem com 1.126 votos. Para quem começa uma carreira política com 1.126 votos e faz 110 mil votos, não deve satisfação a Parlamentar que não sabe respeitar a opinião do outro Parlamentar. Vim aqui para ser maior do que isso, estou representando aqui os paranaenses que querem dignidade, estou aqui representando os paranaenses que que-

rem respeito, estou representando aqui a seriedade. Quero dizer aos senhores que se eu fosse demagogo, Deputado Plauto, quem teria apresentado esse projeto teria sido eu.

Engraçado, o demagogo é o Deputado Rossoni, e o homem que apresentou o projeto é um grande homem público. Considero um grande homem público, eu considero, respeito o Deputado Péricles, tenho grande respeito pelos Parlamentares, porque cada um aqui, dentro de sua convicção, tem o direito legítimo de defender; mas não tem o direito de agredir, imputar a Parlamentares o que o Parlamentar não deve, não merece. Por isso, vou manter aqui o equilíbrio.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício, porque muito melhor do que falar é silenciar diante do tamanho absurdo que ouvi há pouco.

Deputado Douglas com o aparte.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Deputado Rossoni, estou começando aqui na Assembléia Legislativa, agora é o segundo ano de mandato, e estou aprendendo muito aqui. Mas fico um pouco chateado quando apresentam algum projeto aqui que vai beneficiar a população e todos os Deputados votam a favor, tenho percebido isso, mas quando o Governador veta lá no Palácio, vem para cá esse veto, aí começam umas brigas aqui. Esse projeto é do Deputado Péricles, com emenda do Deputado Caíto, portanto Deputado do PT, com emenda do Deputado do PMDB, que teve aprovação de todos os Deputados dos outros partidos, e hoje vamos discutir o veto.

É muito simples, é só para saber quem está do lado do Governo e quem está do lado do povo. Vai ser votado hoje, porque defendo também que seja votado hoje esse veto, já fechamos questão dentro do PPS, os Deputados do PPS vão votar para derrubar o veto, porque não é possível ficarmos imaginando, independente da quantidade de professores que estão aqui e que estão lutando, quantos fizeram o curso? Já vi outras situações aqui, na hora do discurso as pessoas têm facilidade para falar, tem até para ofender os outros. Mas o que vale aqui dentro não é o discurso, o que vale aqui dentro é o voto. Portanto, parabéns, ao seu pronunciamento, e tenho certeza que podemos até não conseguir derrubar o veto, porque precisamos de 28 votos, mas a população vai saber quem votou pela derrubada do veto e quem votou para manter o veto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado Deputado Douglas. Deputado Nelson, V. Exa. chegou nesta Casa no mesmo tempo em que eu cheguei, e já participei aqui de duros embates, duríssimos embates, de atravessarmos aqui a madrugada discutindo o posicionamento de cada Parlamentar, de saudosa memória do Deputado Aníbal Khury, está aqui o seu neto, um grande Parlamentar. Nunca, por mais duro que tenha sido o debate, sempre se manteve o princípio do respeito.

Ora, se nós Parlamentares nos dermos o tratamento de boteco, de quem está tomando pinga em boteco, o que o povo paranaense vai esperar da nossa Casa?

Poderia estar aqui dizendo o seguinte: Como vai a Segurança do nosso estado? Quanto foi pago pelos televisores laranjas? Como vai o porto de Paranaguá? Como vão as nossas rodovias?

Poderia estar falando sobre isso, mas não estou entrando nessas questões do desgoverno que tomou conta do nosso estado. Prova disso, vá à Delegacia de Polícia do seu município e veja se encontra policiais lá.

Um professor me disse, lá na minha cidade de 15 mil habitantes, 100% de sucesso do crime. Porque todos os crimes que aconteceram naquele município, nenhum foi investigado. Mas não há como investigar! Não tem investigador, não tem policial, não tem nada!

As mazelas deste Governo a história vai registrar. A corrupção deste Governo a história está registrando. O des-caso com o Poder Legislativo a história vai registrar. Porque eles tratam os Parlamentares como se fossem submissos.

Eu, como Parlamentar, não vou me submeter, por mais poderoso que seja o Governador do Estado. Estarei na trincheira da verdade, da coerência, da seriedade e, principalmente, com o mais profundo respeito.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Antes de passarmos aos projetos que necessitam de apoio, esta presidência quer conclamar, aos Srs. Deputados, por gentileza, numa semana tão especial, busquem a volta, que sempre primou esta Casa, do bom equilíbrio, da boa educação, do respeito.

Não fica bem aqui, Deputado Valdir Rossoni, expedir ao Presidente da Casa, que aja como um professor ou como um Diretor de colégio, puxando a orelha deste ou daquele Parlamentar.

Quero crer, como bem disse o Deputado Jocelito Canto, que esta Casa, é sem dúvida nenhuma, o retrato do nosso estado e do nosso país.

Ninguém chegou aqui por sorteio, por herança, por nomeação. Todos chegaram aqui, porque milhares de pessoas digitaram os vossos números numa manhã de outubro.

Portanto, não fica bem a esta presidência ficar chamando a atenção deste ou daquele Deputado, ou lembrando-lhes princípios de boa convivência, de boa educação. Esses princípios, V. Exas. trouxeram de vossas casas, de vossas escolas, ou de onde estiverem vindo.

Peço apenas o restabelecimento do bom senso! Por favor, vamos restabelecer o bom senso. Não fica bem, em momento algum, estarmos nos ofendendo. Devemos sim, buscar o contraditório, não devemos todos pensar da mesma maneira. Tudo isso é perfeitamente normal. Mas, vamos manter o equilíbrio!

E eu, mesmo a contragosto, se tiver que restabelecer o equilíbrio, o farei, mas sempre dentro dos princípios do bom relacionamento que deve existir entre nós. Afinal, estamos aqui para errar menos possível e servir a esses princípios, tendo a cor partidária e os credos que tivermos.

Por isso, encarecidamente, solicito a V. Exas., e por extensão à platéia que nos assiste neste plenário, que vamos buscar a harmonia, o bom senso e a boa educação.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Tem sete minutos, ainda, do horário da Liderança do Governo. Desculpa, mas fiz questão de interromper, falei que eram dois minutos, Deputado Kielse usou um pouco mais, foram sete minutos, ficaram restando sete minutos do horário da Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Confesso que estranhei, Deputado Romanelli, quando V. Exa. desceu porque V. Exa. cedeu o horário, falou no horário da Situação e deixou a tribuna. V. Exa. cedeu dois minutos do seu horário.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Deixando para usar depois os oito minutos que nos restaram ou sete minutos para ser mais preciso.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vou permitir que V. Exa. use mais cinco minutos, Deputado Romanelli, do horário da Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi por cinco minutos.

### ***Liderança do Governo: Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)***

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não estranho, de maneira nenhuma, esses debates que estão sendo travados aqui. Acho que houve excesso da parte do Líder da Oposição, mesmo agora, porque dizendo que foi agredido pelo Líder do Governo ele se auto-intituiu como o representante da seriedade, o representante dos interesses dos professores, como se nós que fazemos parte da Bancada do Governador Requião e daqueles, que, certamente, votarão pela manutenção do veto, não fôssemos sérios.

Ouvi muito bem a argumentação, tanto do Deputado Péricles de Mello como do nosso Líder de Governo, Luiz Claudio Romanelli. E até perguntava para mim mesmo: a aprovação desse veto, professores, vai resolver o problema? A resposta é não. Não vai resolver o problema, Aprovar ou rejeitar o veto não resolve o problema. Por que, na linha de sustentação do Presidente da Casa, não fazermos o adiamento dessa questão por algumas Sessões? Porque a solução do problema não está aqui no

Paraná, não está aqui dentro da Assembléia. A solução do problema está em Brasília. Agora, gostaria de reforçar essa posição do autor do projeto para que fizéssemos o adiamento dessa votação por mais algumas Sessões.

Em Brasília, até o Líder do Governo já se propõe para fazer parte dessa Comissão inicial para resolução dessa questão definitivamente. Ele diz que também irá a Brasília se somar no empenho que todo mundo aqui dentro desta Casa está pretendendo alcançar.

Logicamente que quando o Deputado Rossoni diz que vai ceder os nomes dos Deputados que votarem pela manutenção do veto, aos professores, também não contribui em nada. Quero dizer para todos vocês que votarei pela manutenção do veto porque é essa a linha correta que nós aqui, Parlamentares, devemos adotar neste momento. E não vou, de maneira nenhuma, quando já se fala em covardia ou em outros termos mais fortes, em aparecer do jeito que sempre fui na minha vida. Aliás, quando se fala, Presidente, do fornecimento de nomes para os eleitores, não há necessidade disso. Os nomes estão ali, aparecerão os votos de maneira muito clara. E me lembro, Deputado Rossoni, eu quando Líder da Oposição aqui, batalhava junto com o povo do Paraná, na sua grande maioria, para que nós não vendêssemos a COPEL. E V. Exa., como os outros que apoiavam o Governo Lerner, defendiam a venda da COPEL. Sei que os nomes foram levados pelo Paraná afora. Então, aquilo que fizeram ontem, não querem que os outros façam hoje. É uma inversão de valores.

Na realidade, volto a repetir, professores, queremos que todos possam ter os diplomas que possibilitem a todos desempenharem as tarefas importantes que terão daqui para frente. Só que não adianta - e aí vejo razão sim nas afirmações do Líder do Governo, porque muitas vezes a demagogia aparece de maneira muito clara como está aparecendo aqui. Não resolve. Acho que a solução, Sr. Presidente, Deputados, passa por Brasília. Estamos numa terça-feira. Daqui a uma semana, mais um dia, estará se reunindo esta Comissão e tantos mais quantos se interessarem em Brasília para tentarem resolver definitivamente o problema.

Acho que o caminho é por aí.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 007/08, subscrito pelo Deputado Professor Luizão, constante do expediente, solicitando o uso do Grande Expediente na Sessão do dia 27/03/08, para que o SINDIQUIMICA possa fazer um breve relato sobre o balanço dos 15 anos de privatização do setor de fertilizantes no país e suas consequências para a sociedade. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 058/08, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a criação de Plano Estadual para desenvolvimento do turismo do estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 059/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a implantação de unidade regional do Instituto Médico Legal do Estado do Paraná no município de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 060/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a criação da Universidade Estadual da Região Metropolitana de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 061/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a criação dos serviços de atendimento à saúde do ParanaPrevidência, nos moldes que era proporcionado pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 490, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Cida Borghetti, Edgar Bueno e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária. Está em votação o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrário ao requerimento da inversão da Ordem do Dia. Queria pedir a nossa Bancada que votasse contra este requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, antes do encaminhamento, gostaria que V. Exa. fizesse a leitura do requerimento para que eu pudesse encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

“O Deputado que o presente subscreve requer a inversão total da pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária Ordinária”.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Obrigado.

Posso dar o encaminhamento, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Estou pedindo aos Srs. Parlamentares, porque devemos dar preferência a votações mais polêmicas, porque sinceramente sem demérito a outros projetos, este é mais apaixonante. Sr. Presidente, gostaria de pedir aos Srs. Parlamentares - sempre a inversão de pauta foi respeitada pelos Parlamentares - porque votando já este projeto da VIZIVALE, estaremos aqui liberando os Srs. professores que querem o resultado. Nesse encaminhamento espero ter o entendimento dos Srs. Parlamentares, para invertermos a pauta para o bom andamento da Sessão. Caso não for possível, nós aguardaremos.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Iremos utilizar o painel para a votação, para que as coisas fiquem mais simples. Os Deputados que forem favoráveis à inversão da pauta, portanto, ao requerimento, votam SIM. Os Deputados que forem contrários à inversão da pauta, votam NÃO. Basta que V. Exas. digitem a senha SIM, NÃO ou Abstenção.

Está encerrada a votação.

Vai se proceder ao resultado: nenhuma abstenção; 19, NÃO; 24, SIM; 44 Srs. Deputados presentes. **Está aprovado o requerimento.**

### **Discussão/Votação**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **Discussão Única (Proposição)**

#### ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/08, de veto aposto ao Projeto de Lei nº 780/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que determina que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (Votação Nominal).

Curitiba, 27/12/07.

OF/CTL/CC Nº 519/07

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 431/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o projeto de Lei nº 780/07, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo determinar que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e a Universidade de Ponta Grossa (UEPG), procedam ao registro do diploma de conclusão do Programa de Capacitação em Serviço para Docência dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, na modalidade semi-presencial, expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE.

A Carta Magna, no artigo 22, inciso XXIV, dispõe que é competência privativa da união legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional e o artigo 211 estabelece que a união, os estados, o distrito federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Ressalte-se que o artigo 66 inciso IV da Constituição Estadual assevera que é competência privativa do Governador do Estado a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, sendo que a proposta fere o dispositivo constitucional acima citado, visto que adentra a iniciativa do Poder Executivo ao determinar que as Instituições Públicas Estaduais registrem os diplomas de conclusão de curso de instituição municipal.

Em que pese o entendimento do legislador, é evidente que a determinação proposta no referido projeto de lei deve passar pelo crivo do Conselho Estadual de Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, visto que fazem parte sistema de ensino do estado, como dispõe o artigo 55 da lei estadual nº 4978, de 5/12/64, vejamos:

*Art. 55. Todos os estabelecimentos de ensino cujo funcionamento houver sido autorizado pelo estado, nos termos desta lei, ficarão sujeitos a inspeção do poder público estadual.*

Esses os motivos que me levaram a vetar do projeto de lei em tela e restituo à Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

**(O Projeto de Lei nº 780/07 encontra-se publicado no DA nº 170/07, de 18/12/07, em Redação Final).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 015/08

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 780/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello, que determina que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela faculdade Vizinhança - Vale do Iguaçu - VIZIVALE, foi vetado pelo Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional, uma vez que invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

**Fundamentação**

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)*

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

**Conclusão**

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 27/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 493, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. Em votação.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Sr. Presidente, quero me inscrever para encaminhar, a partir do seu recebimento, só podendo ser rejeitada pela maioria absoluta dos Deputados. Portanto, esta presidência deixa de receber o requerimento do Deputado Péricles de Mello, autor do projeto, que pede a retirada da pauta, por 10 Sessões.

**O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Segundo o artigo 119, do nosso Regimento Interno, das decisões da Mesa deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário. Então, evoco a soberania do Plenário e faço recurso à decisão da Mesa para que o Plenário decida soberanamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Eu teria, dentro dessa questão de ordem de V. Exa., que consultar o Plenário. Não tomaria qualquer decisão se não acatasse uma decisão do Plenário. O Plenário é soberano. Se o Plenário achar que podemos retirar o projeto por 10 Sessões, a Mesa se curva a essa decisão, caso contrário votamos o veto hoje.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria esclarecer a nossa Bancada que nós estamos votando.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. está encaminhando a questão de ordem do Deputado Péricles de Mello. A Mesa recusou e o Deputado solicita uma questão de ordem, que cabe, desde que o Plenário, soberanamente, retire por 10 Sessões. Caso contrário, a Mesa vai decidir o veto ainda hoje.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero encaminhar no sentido de que esta Casa possa agir de forma responsável. Entendo que a derrubada ou não do veto não pode ser uma queda de braço entre Governo e Oposição. Entendo que estamos em busca de uma solução de um tema da mais alta relevância. E aqui, hoje, estamos, Sr. Presidente, discutindo um tema que não poderia estar sendo discutido desta forma, porque a Assembléia Legislativa não é faculdade. Lamentavelmente, a aprovação ou não desse projeto resolve esse tema. Estou colocando isso, Sr. Presidente, no encaminhamento desse tema, porque o que estamos pedindo a esta Casa? Nós estamos pedindo que - já há uma Comissão formada por esta Casa que é integrada pelos representantes dos formandos da VIZIVALE e do IESDE - que irá junto com o Governo do Estado, com o Conselho Estadual de Educação, com os representantes da Comissão de Educação, na qual quero estar integrado, a Brasília para encontrar uma solução para isso.

O que nós estamos aqui propondo? Estamos propondo que esse veto não seja ele apreciado no dia de hoje. O dia que for para ser apreciado esse veto, teremos todas as galerias tomadas pelos professores. E aí os encaminhamentos poderão ser a favor ou contra, ou certamente serão todos a favor. Não resolverá o problema se chegarmos, lamentavelmente, a esse momento. Por isso que estou pedindo aqui, na verdade, prudência para que possamos, inclusive, chegar em Brasília ainda em um processo de discussão para demonstrar o que pensa e o que nós queremos fazer.

Por isso, não podemos gastar todos os nossos trunfos em um único momento. Por isso que apoiamos o pedido do autor do projeto que, responsavelmente, pede para que possamos adiar única e exclusivamente por 10 Sessões a votação desse veto. Por isso que pedimos para que possam apoiar a questão de ordem do Deputado Péricles.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Só para que eu me situe. Nós estamos votando a questão de ordem ou o requerimento?

A questão de ordem, a decisão de V. Exa. não está sendo contestada, ela está sendo respeitada?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Exatamente, estamos votando o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Nós estaremos votando o requerimento do Deputado Péricles pela retirada do projeto da Ordem do Dia, por 10 Sessões, é essa a proposição. Estamos encaminhando contrário ao requerimento, nós queremos votação hoje, não daqui a 10 dias. Então, os Parlamentares que são favoráveis à votação votam NÃO?

(Assentimento)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não entendi bem e acho que não cabe encaminhamento porque V. Exa. não acatou o pedido e ele recorreu ao Plenário e acredito que tem que se votar. Cabe encaminhamento?

Então já vi o que vai dar, o Bloco vota com a Oposição.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, há uma dúvida, eu estava conversando com o Líder da Oposição e eu disse que o que o Plenário vai votar agora é a questão de ordem levantada. V. Exa. deixou de receber o requerimento, o Deputado apelou ao Plenário conforme o artigo 19 e V. Exa. devolveu para o Plenário decidir se é a favor da sua decisão ou não.

Então, não se vota o requerimento, estamos votando a sua decisão?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Acato a decisão, cabe a questão de ordem desde que o Plenário aceite. Por essa razão encaminhou o Deputado Romanelli, o Deputado Rossoni, o Deputado Reni Pereira e agora vai encaminhar o Deputado Caíto Quintana.

A questão de ordem ou o requerimento é a mesma coisa porque será votado no painel.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu declinaria do encaminhamento, neste momento, para procedermos da definição de Plenário se vamos receber ou não o requerimento. Continuo inscrito para posterior a votação fazer o encaminhamento, caso ele seja votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Caíto Quintana, a Mesa recebeu o requerimento, não aceitou. O Deputado Péricles, autor do requerimento, solicita uma questão de ordem baseado no artigo 119 que das decisões da Mesa, deixando de aceitar proposição, cabe recurso ao Plenário. O Plenário é que vai resolver se nós vamos votar ou não.

Vou explicar bem para que V. Exas. não tenham dúvidas quanto ao que vamos votar: vamos votar a questão de ordem do Deputado, autor do projeto, Péricles de

Mello, que questiona se o Plenário vota o seu requerimento ou não. Portanto, os Srs. Deputados que forem favoráveis à questão de ordem levantada pelo Deputado Péricles votam com a expressão SIM, os que forem contrários votam com a expressão NÃO. Acho que ficou bem claro. Os Deputados que forem favoráveis à questão de ordem votam com a expressão SIM e os contrários votam com a expressão NÃO.

Encerrada a votação. Vai se proceder ao resultado.

Vinte e três Srs. Deputados votaram favoráveis.

Vinte e dois Srs. Deputados votaram contrários.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Decidida à questão de ordem, gostaria de colocar uma outra questão de ordem que vou pedir a V. Exa. que a partir deste momento a decisão será tomada. Digo aqui o seguinte:

(Lê):

“A contagem do prazo de 30 dias para apreciação do veto iniciou no dia 11 de fevereiro. Esse prazo constitucional expirou no dia 12 de março. A partir daí, se a proposição não for votada, nenhum outro projeto de lei poderia ser votado”.

Se não votarmos o veto hoje, quero dizer aos Parlamentares, até nós não votarmos o veto, vou me socorrer do Regimento, que V. Exa. tem sido um bom árbitro e escravo do Regimento. Quero dizer aos Parlamentares, até não ser votado esse veto se não votar hoje, não poderá ser votado mais nenhum projeto nesta Casa.

Me socorro do Regimento e já lhe coloco a questão do Regimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, desculpe, mas é matéria vencida, encaminhada pelo Líder da Oposição. O Plenário é soberano, o Plenário já decidiu o requerimento pode ser apreciado pela Casa. E é absolutamente regimental.

Estamos aqui tranquilos em relação a isso, porque V. Exa. cumpriu o Regimento e ao mesmo tempo, a questão de ordem resolveu o tema com base no nosso Regimento. O tema pode ser discutido e os projetos poderão ser votados normalmente.

A vontade do Deputado Rossoni não pode prevalecer aqui soberanamente. A Casa é soberana para decidir.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem do Deputado Valdir Rossoni. Nós responderemos por escrito a V. Exa., até para evitar que isto se repita, até porque houve situações passadas, levantando isso ao Poder Judiciário.

Vamos encaminhar, agora, os requerimentos. Agora, o requerimento do Deputado Péricles de Mello, pela retirada do veto do projeto do autor, por 10 Sessões.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. professores.

Estranho, inclusive, embora seja atribuição da Mesa, a colocação do veto no dia de hoje, porque fizemos uma Audiência Pública aqui nesta Assembléia, com todos os responsáveis por este curso. E ficou decidido nesta Audiência Pública que se faria uma Comissão para ir tratar com o Ministério da Educação.

Esta Comissão até hoje não foi conversar com o Ministério da Educação. Portanto, estaremos comemorando pelo fim. Defendo a retirada do veto, inclusive como autor do substitutivo geral, nesta Casa, que determinou às faculdades para registrarem os diplomas de todos aqueles que fizeram curso na UNIVALE.

O projeto do Deputado Péricles de Mello contemplava aqueles que pudessem apresentar carteira assinada, comprovante de pagamento, de que eram funcionários da Prefeitura. O substitutivo que fiz ampliou para todos como forma de manter um caso maior, para que possamos ir conversar com o Ministério e resolver o problema de todo mundo.

Porque defendo a prorrogação do veto? Porque temos que conversar com o Ministério para resolver o problema. Se a legislação é federal, não vai ser a derrubada ou não do veto que vai impor às faculdades o registro destes diplomas, até porque elas são estaduais e não federais.

Não custa nada para nós, para o bem de todos aqueles que fizeram o curso da UNIVALE, suspender esta votação do veto e irmos a Brasília falar com o Ministério, tentar resolver a questão com quem pode resolver, que é o Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação.

E quero dizer, para que não parem dúvidas: se nós não pudermos resolver este assunto em Brasília, aí este veto entrará em votação no plenário. E quero afirmar, aqui, com todas as letras, que vou votar pela derrubada do veto, se ele for votado. Mas, temos que dar a 40 mil estudantes, praticamente, a oportunidade de tentarmos resolver aonde tem que ser resolvido, que é junto ao Ministério. É uma precipitação votar o veto no dia de hoje, porque terminamos com as armas que temos para poder sensibilizar o Ministério.

Por isso, ousou dizer que aqueles que querem resolver os problemas dos professores que fizeram o curso da UNIVALE, que estes Deputados votem pela prorrogação do veto, para que possamos organizar a Comissão, irmos conversar em Brasília e depois da conversa em Brasília, voltar com o problema resolvido. Se não voltar resolvido, vamos votar o veto. E eu vou votar pela derrubada do veto. Mas, não é hora, agora. É distanciar os caminhos.

Então, peço, até porque não me envolvi em nenhuma discussão, com o voto de confiança dos Srs. Deputados, que prorrogueemos o veto, que tenho consciência plena de que este é o melhor caminho para resolver este problema, junto ao Ministério.

Era isto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar o requerimento, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, talvez eu não tenha sido compreendido aqui porque falei as mesmas palavras, praticamente, que o Deputado Caíto falou. O que estamos, aqui, Deputado Caíto, é querendo dar uma demonstração política para que a Comissão que vai ao Ministério de Educação possa levar uma procuração pelo voto da nossa decisão.

Mas, infelizmente, estamos sendo derrotados. Mas quero dizer que o Presidente Nelson Justus foi sábio, queria que os professores levassem essa boa imagem. Por quê? Ele é, me empresta o Regimento aqui Dra. Lídia, o Presidente, ele é escravo do Regimento. O Presidente, infelizmente, ele tem que respeitar o Regimento, e o Regimento diz que o Deputado Péricles pode pedir a decisão do Plenário. O Presidente não aceitou o requerimento, ao não aceitar o requerimento o Deputado Péricles pediu para a decisão do Plenário. Infelizmente perdemos.

Agora, quero aqui colocar uma situação: se somos escravos do regimento, imagina se nós não somos escravos da Constituição. Por esta questão quero dizer o seguinte: Sr. Presidente, merece uma reunião de Líderes logo depois dessa reunião. Eu, se necessário for, mas tenho certeza, um respeitoso pela Constituição e pelo Regimento, está trancada a pauta da Assembléia. A partir de hoje não se vota mais nenhum projeto até votar este veto do Governador. Porque estou dando encaminhamento baseado no Regimento e na Constituição do Estado, e assim é a nossa posição. Respeito a decisão dos Srs. Parlamentares lamentavelmente saio triste daqui, Deputado Durval, porque é ruim perder, mas perdi, perdemos, perderam os educadores do Paraná. Perdemos essa luta!

Porque certamente se fossem a Brasília, Deputado Nelson Justus, com a decisão desta Casa soberana, teriam muito mais legitimidade; mas não querem a legitimidade, infelizmente.

Obrigado.

**O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, esta Casa não pode ser o lugar do oportunismo político, me desculpe. O que estamos vendo aqui é oportunismo político.

Ora, vou votar contra o veto, o Deputado Caíto já declarou. Acontece que o meu encaminhamento para atrasar a votação do veto é uma deliberação de uma Comissão, não é minha, que foi tirada por mais de 1.000 professores que elegeram o seu representante pela Undime, pelo Conselho Estadual de Educação, pela APP Sindicato através do seu Presidente, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia. Por que isso? Porque essas pessoas avaliaram que é melhor para resolver o problema agir desta forma. É só por isso. Fui eu que apresentei o projeto.

Esse projeto, por mais tensões que existem sobre ele, sobre a legalidade ou não, ele teve o condão, o papel de trazer para o centro do Poder Legislativo do Paraná essa questão gravíssima que atinge a 35 mil paranaenses.

E, de repente, me desculpe Deputado Rossoni, o senhor que atacou o projeto como ilegal na Comissão de Justiça, eu não estava lá, me contaram, o senhor tenta agora ser o salvador dos professores do Paraná, da derrubada do veto. Não é o senhor. E as pessoas que estão vendo aqui sabem disso. Então, o senhor me desculpe, o senhor queria colocar uma questão de ordem para prejudicar o Poder Legislativo porque a votação de um veto vai ser atrasado por 10 minutos. Isso revela um oportunismo político, e as pessoas que estão assistindo devem ter clareza sobre este fato.

Portanto, votarei contra o veto, mas ele deve ser adiado. É a melhor forma para achar uma solução. Assim entende uma Comissão representativa, não apenas a minha pessoa.

Muito obrigado.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) (Pela Ordem)

Só para comunicar Sr. Presidente, a Bancada do PDT composta pelo Deputado Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Edgar Bueno e o Deputado Zucchinho votamos NÃO.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando teve Audiência Pública no plenário desta Casa, o veto já tinha ocorrido. E, naquele dia, as galerias cheias de professores, de representantes das instituições de ensino. E, todo Deputado que estava na tribuna dizendo que iria votar contra o veto, era saudado pelos professores.

Eu, quando fui à tribuna disse que não queria aplausos. Não queria aplauso que era falso, porque os professores que me aplaudiriam, iriam sair daqui e iriam enfrentar a decepção, a tristeza de ver que o seu problema não seria resolvido.

Não queria aplauso. Queria a solução desse problema.

Sei que as palavras, às vezes, incentivam as pessoas, criam esperanças.

Agora, eu como homem público, para ter o respeito das pessoas, tenho que ser sincero. Não posso iludi-las.

Sempre vou votar contra o veto. Porque, com veto ou sem veto, não vai resolver este problema.

Queremos aqui derrubar o veto ou resolver o problema dos professores que fizeram o curso superior e não tem o diploma?

Vamos fingir? Vamos mentir para ser aplaudidos?

Eu, sinceramente, recuso aplausos, porque quero ser aplaudido quando o problema tiver sido resolvido.

Quero que os professores saiam esperançosos. Outras vezes saíram, foram para suas casas e para cá voltaram de novo tristes e amargurados.

Portanto, Deputado Péricles, V. Exa. apresentou esse projeto, mas sabíamos que tinha problemas. Mas teve, como disse V. Exa., uma grande força na discussão de um problema grave, ele serviu como tema para que nós, aqui dentro desta Casa, pudéssemos discutir esse problema que atinge 37 mil paranaenses.

Forjamos esta discussão! Vamos a Brasília! Vamos buscar a solução junto ao MEC, ao Governo Federal e ao Governo Estadual.

O que se pretende, não é aplauso fácil, não é conversa mole. O que se pretende é encontrar uma solução definitiva que leve paz, tranquilidade para as pessoas que sonham, que têm esperança no coração, de que, nós Deputados, com responsabilidade, vamos ajudar a encontrar uma luz no fim do túnel.

Esta é a questão central. O resto, Sr. Presidente, é discurso político para agradar e para desagradar porque, muitas vezes, os discursos agradam e, outras vezes, desagradam.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Jocelito Canto.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tanta confusão por algo que não tem valor. Qual é a diferença de votar o veto ou não votar o veto? Qual é a diferença?

Pelo que ouvimos, este projeto começou errado. Não devia ter sido apresentado, mas foi apresentado, está aqui. Por que o Governo não se organizou, no período em que este projeto foi votado aqui, e derrubou o projeto na primeira votação, se era inconstitucional? Quando quer derrubar, nesta Casa, todos os projetos. Por que o Governo errou ao não derrubar, que era inconstitucional esse processo na CCJ, que tem maioria? Por que deixou chegar a este plenário para haver o desgaste aqui desta Casa? As pessoas saem daqui dizendo: “A Assembléia não quer!” A Assembléia quer sim! A Assembléia tem que se posicionar politicamente, mesmo que tenha valor ou não o veto, temos que dar a nossa posição. O nosso posicionamento é favorável.

O projeto nasceu errado. Nasceu tudo errado. A CCJ errou, me perdoem os companheiros, mas se era inconstitucional não poderia ter vindo ao plenário. Veio. Votou-se a constitucionalidade aqui. Errou-se de novo. O Governo errou de novo. O Requião só se mete em “mico”. Para que se meter em “mico”? Põe o bicho na sala e não sabe como tirar! É por isso que o povo fala mal, depois. Por que tem que se envolver?

Agora, estamos vendo o sacrifício que o Deputado Alexandre Curi faz: vai de Bancada em Bancada, fala na orelha, pede para o Deputado sair do plenário, usa de todas as artimanhas que seu avô lhe ensinou lá atrás, com todo respeito, e consegue virar a votação. Veja que sacrifício, Deputado Alexandre Curi! V. Exa. tem que estar pedindo aos Deputados. Chega a ponto de segurar um



Deputado em plenário para não perder. Tudo por “mico” do Governo que não cuida das suas coisas aqui nesta Casa! Não cuida dos projetos. Fala, fala, fala e não cuida! Está aí mais um “mico”!

Sabe por que não querem deixar passar o veto? Para não ser ruim para o Governo. Agora, se o Governo tem força vai a Brasília. O Governador é poderoso, pega os Deputados Federais que ele tem, vai lá em Brasília e resolve isso. Ou será que o Governador não serve para resolver um probleminha desse em Brasília? Para que ele apoiou o Lula? Pega os Deputados Federais, que quando querem resolvem tudo - e isso é uma coisa da alçada federal, não compete a nós - e vai a Brasília. Pega a Bancada do PT aqui e vai a Brasília e resolve isso. Mas não, vira essa confusão, sai o povo bravo aqui. Alguém: “Ah, estão fazendo discurso!” Temos que ficar do lado do povo, com veto, sem veto, vai resolver ou não ser a favor ou contra. O importante é que esta Casa se posicione já que o “mico” está aqui.

O Requião é mal assessorado. Quando dá os rom-pantes dele e alguém diz vete, ele veta. Ninguém o peita para dizer: “Isso aqui está errado, Governador!” Espera, não veta ainda. Quando quer, ele segura os projetos; quando quer, aprova. Então, ele cria os problemas e paga esta Casa, pagamos nós, nos digladiamos aqui, nos quebramos para consertar o “mico” do Governo, que não teve a devida sensatez neste caso.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Sr. Deputado Dobrandino da Silva.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

O encaminhamento que faço neste momento, queria falar da situação que se encontra a Assembléia perante o povo do Paraná neste momento.

Ouvi aqui Deputados falando que quem não foi eleito por empreiteiros e coisas dessa natureza, que votaria SIM. E quem foi eleito por empreiteiros votaria NÃO. Ora, está literalmente desmoralizando a classe política. E é por isso que as pesquisas demonstram hoje que a classe está desmoralizada.

Sr. Presidente, o que nos entristece, vejam bem: esses professores que hoje vieram aqui, vieram no seu legítimo interesse imaginando que com a derrubada do veto resolveria o seu problema perante o Conselho Federal de Educação. Eles, na verdade, imaginavam uma coisa; agora, aqueles que os trouxeram aqui, sabiam que não resolvia nada. Mantendo ou derrubando o veto fica do mesmo jeito.

Imagino que o telespectador do Paraná, que está assistindo através da TV SINAL, já ouviu aqui, está ciente através da declaração do Deputado Péricles de Mello, do Deputado Caíto Quintana, do Deputado Cleiton Kielse, eles já esclareceram. Já está agendada uma reunião em Brasília, na quarta-feira próxima, com o Conselho Federal

de Educação, que é quem pode resolver isso. Só que alguém, Sr. Presidente, atropelou. Trouxeram para cá esses professores, com certeza gastando dinheiro do bolso, a não ser que eles mesmos tenham pago. Por isso nos entristece, neste momento, de ser Deputado e passar por todo esse vexame perante o povo do Paraná.

Claro que a Assembléia é uma Casa democrática, mas não é possível que aqueles que aqui vieram imaginando que vieram por um convite, que resolviam os seus problemas, ficaram vendo aqui pessoalmente que é um discurso politiquês de demagogia. Não posso ficar calado diante desta situação. Queria que os professores estivessem aqui e dizer do meu voto, neste momento, independente de agradar ou não. Jamais deixei de votar nesta Assembléia de acordo com o meu pensamento, em função das galerias estarem lotadas. Graças a Deus, disputei sete eleições e não perdi nenhuma e não fui financiado por ninguém. Tenho posição definida. Jamais farei um discurso aqui na Assembléia para agradar alguém que vem aqui nas galerias.

Imagino que hoje vivenciamos um vexame perante o povo do Paraná com essa enganação, que traz aqui os professores sabendo que não valia nada essa votação de derrubar ou não o veto. V. Exa. cumpre o Regimento da Casa, não tem culpa disso, mas na verdade cada vez desmoraliza ainda mais a classe política.

Muito obrigado.

#### O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, serei extremamente breve, mesmo porque esta discussão já se tornou cansativa e a máquina já foi ligada. O rolo compressor já foi ligado. E nós vamos perder essa votação, já está na cara, Deputado Belinati.

Mas, queria falar que há pouco mais de dois anos, quando eu apenas era um locutor de rádio na cidade de Ponta Grossa, e nem imaginava que um dia iria me tornar Deputado Estadual, quando lia uma notícia no jornal dizendo que vetos não teriam passado nas Assembléias ou nas Câmaras Municipais, eu não entendia absolutamente nada, Sr. Presidente. Eu pensava: um projeto que é bom para os professores e para os cidadãos do Paraná, que veio para a Assembléia e teve a aprovação da CCJ, que analisa a constitucionalidade. Depois da constitucionalidade aprovada na CCJ vai para outras comissões e também são aprovadas com celeridade. Depois, vem para plenário e o Deputado Péricles e me pede um auxílio. Falei: Deputado, o seu projeto é bom? O seu projeto vai auxiliar os professores? Estarei junto com o senhor e com todos os outros Parlamentares. Aprovamos o projeto por unanimidade.

Muitos Deputados subiram à tribuna para defender esta posição. Pois bem, o projeto aprovado, aqui na Assembléia, vai para o Palácio. O Governador pega o projeto, analisa e diz: “Não. Vou proibir o projeto.” E veta. É um direito do Governador. Ele, depois de ter vetado o projeto, encaminha à Assembléia Legislativa. E em uma Sessão

tumultuada e longa como essa, não conseguimos derrubar o veto do Governador. Alguns Deputados acabam mudando de opinião de uma hora para outra. Sr. Presidente, cidadãos que estão acompanhando pela televisão, tenho certeza, que não conseguem entender. Eu, agora, como Deputado Estadual eleito pelo Paraná, mesmo aqui no plenário, também não consigo entender porque acontecem essas mudanças da noite para o dia. Acabamos perdendo na votação e até mesmo o proponente do projeto acaba pedindo o adiamento. Parabéns ao projeto e apoiei-o desde o início. Para mim seria interessante aprovarmos ou derrubarmos o veto, na tarde de hoje.

Para encerrar, Sr. Presidente, era apenas isso. Tenho certeza de que muitas pessoas estão pensando em casa o que é que aconteceu na Assembleia para tomarmos decisões estranhas neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 494, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, requerendo a prorrogação da presente Sessão por mais duas horas. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Apenas esclarecer a V. Exa. é óbvio que não estamos votando a manutenção e nem a derrubada do veto. É importante que fique bem claro isso. Estamos votando, sim, o requerimento por parte do autor do projeto, pela prorrogação, para a retirada desse projeto por mais 10 Sessões. É isso o que está se votando. Em momento algum favorável contra o veto.

Os Deputados favoráveis ao requerimento do Deputado Péricles de Mello, solicitando a retirada do projeto por 10 Sessões.

Vai se proceder o resultado.

Vinte e quatro Srs. Deputados votaram pela retirada por 10 Sessões improrrogáveis. **Aprovado o requerimento.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões da Proposição nº 015/08.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, até por respeito aos Deputados que votaram NÃO e por segurança aos Deputados que votaram SIM, inclusive ao Péricles e eu que somos autores do projeto e do substitutivo, nesses 10 dias nós precisamos ir a Brasília para tentarmos solucionar esse problema no local competente. Acho que, embora haja divergência aqui dentro, a melhor coisa que aconteceu foi prorrogar o veto para que se busque resolver lá em Brasília. Agora, não podemos passar os 10 dias sem irmos lá.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, queria convidar os Deputados, todos que puderem, quarta-feira que vem, Deputado Caíto, teremos Audiência no Ministério da Educação, no Conselho Nacional de Educação. Então, toda a Comissão formada por oito representantes de entidades e os Deputados, todos que puderem comparecer, só fortalecerá a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente esclarecido.

## 1ª Discussão

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/08, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi, com sede e foro no município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/08, de 27/02/08, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 051/08

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi, com sede e foro no município de Toledo/PR.

#### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a sigla APMF integra a denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública. Ainda, o artigo 2º ao dispor revogadas as disposições em contrário, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina:

*Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

#### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 051/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi - APMF, com sede e foro no município de Toledo, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/08, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli, que altera dispositivos da Lei nº 11580 - nomenclatura comum do MERCOSUL - ICMS. PARECERES DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 009/08, de 26/02/08, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 048/08

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Alexandre Curi, Luiz Claudio Romanelli, altera a Lei nº 11580 de 14 de novembro de 1996, conforme especifica.

Inicialmente devemos destacar que o projeto de lei ora analisado visa excluir da lista dos produtos de que trata o artigo 14, inciso II, alínea “z-B” da lei do ICMS (Lei nº 11580/96), os determinados produtos: 8473.30.41 (Placas-Mãe); 8473.30.42 (Placas-Módulos) de memória com uma superfície inferior ou igual a 50 cm²); 8538.90.10 (Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, partes da subposição 8536.50, do item 8537.10.1 e dos subitens 8537.10.20 e 8537.10.30); 90.28 (Contadores digitais de gases, líquidos ou de eletricidade incluídos os aparelhos para sua aferição) e 9032.89 (Instrumentos e aparelhos digitais para regulação ou controles automáticos).

Analisando a constitucionalidade da presente proposição, a Constituição do Estado do Paraná que em seu artigo 65 assegura que:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

E na Constituição Estadual, que em seu artigo 53 e incisos, diz:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 048/08

#### P A R E C E R :

O presente projeto tem por fulcro alterar a Lei nº 11580/96, que rege o ICMS no estado do Paraná. De modo mais específico o que se procura é corrigir certas distorções que advindas de novas leis atinentes ao assunto. Para tanto, busca-se excluir certos produtos de listagem da NCM, relativos a componentes eletroeletrônicos.

Este projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, aprovando com isso sua constitucionalidade e legalidade.

A Comissão de Finanças tem por finalidade analisar os projetos do ponto de vista econômico-financeiro, ou seja, fatores correlatos a economia do estado, embasado principalmente na Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata de temas como renúncia de receitas, por exemplo.

A propositura não parece trazer impacto econômico aos cofres públicos do estado. A finalidade é de incentivar o crescimento da indústria paranaense, frente a outros entes federados, que podem, eventualmente, conceder tratamento fiscal mais benéfico para as indústrias do setor. A proposta tende a elevar o crédito a ser considerado pelas empresas compradoras dos produtos. Ora, veja-se neste ponto que esse creditamento é um direito do contribuinte, assegurado inclusive na Constituição Federal (artigo 155). Assim, não há que se falar estritamente em renúncia de receita, mas em incentivo à produção e ao crescimento da economia paranaense. O que se espera com esse ajuste é aquecer o mercado paranaense, fator este que poderá levar, como efeito indireto, ao aumento da arrecadação para o estado. Assim, é de se ver que o projeto é de todo benéfico ao estado, ao passo que tanto incentivará a área econômica envolvida, bem como poderá elevar a arrecadação fiscal, em um segundo momento. Parece-nos que a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo respeitada, reiteramos, posto haver inexistência de renúncia de receita.

Pelo exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar favorável a esse projeto, mas quero registrar aqui que parece que nesta Casa não é permitido discordar, porque se discordar, você

é ofendido da tribuna da Assembléia, você é vilipendiado nas suas atitudes. Em nenhum momento, Sr. Presidente, fui deselegante aqui. Demagogia, Sr. Presidente, não é de quem encaminha o projeto ou o veto. Demagogia, na minha maneira de entender, se há...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Rossoni, estou sendo benevolente...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. me permita, estou encaminhando favorável ao seu projeto e estou explicando, porque não quero...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas, V. Exa. desviou o assunto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, estou encaminhando o seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então, por favor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. tenha um pouquinho de paciência que, certamente, vou encaminhar favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. pode encaminhar o projeto, mas V. Exa. não está encaminhando o projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É o projeto. Só quero dizer o seguinte: se estou encaminhando favorável ao seu projeto, gostaria que essa minha opinião fosse respeitada, por mais incoerente que ela seja, por mais demagoga que ela seja, gostaria que fosse respeitada. Quero dizer que não estou nem um pouco triste por ter perdido a votação, por ter tirado o projeto de pauta, isso não me entristece.

Já perdi tanto, já ganhei tanto, o que me entristece, Sr. Presidente, é ser nivelado por baixo, da forma com o que ocorreu nesta Sessão.

Vou ressaltar aqui que, infelizmente, não há condições de prevalecer esse tipo de clima e, principalmente, há de se comprar um Aurélio para usarem um vocabulário apropriado para Parlamentares. Sou favorável ao seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação. **Aprovado.**

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos e Moradores do Parque Tarumã I e II, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 008/08, de 25/02/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 040/08

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos e Moradores do Parque Tarumã I e II, com sede e foro no município de Maringá/PR.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 762/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cecom, Timbú Velho e Eugênia Maria, com sede e foro em Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 136/07, de 24/10/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 762/07

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cecom, Timbú Velho e Eugênia Maria, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o presente projeto é omissivo quanto ao foro da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, bem como, a sede é diversa da prevista no respectivo Estatuto Social. Portanto, a fim de sanar a irregularidade referente às informações da Associação, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA  
PROJETO DE LEI Nº 762/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

*Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cecom, Timbú Velho e Eugênia Maria, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul/PR.*

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## 2ª Discussão

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública o Movimento Nacional para Recuperação das Empresas Brasileiras - MNREB, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 2º da Lei nº 14968/05. (imóvel - São Mateus do Sul). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação Cascavelense dos Esportistas Amadores - ACEA, com sede e foro no município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 3ª Discussão

### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CCJ. **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 866/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CCJ - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a divulgação de publicidade oficial através de jornais alternativos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

## Redação Final

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 863/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 166/07, de 17/12/07, em Projetos de Lei).**

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 750/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a Instituição das Rotas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do estado do Paraná **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 750/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Rota dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do estado do Paraná.

Art. 2º Fica a Rota do Caminho do Peabiru incluído no Roteiro Turístico do estado do Paraná.

Art. 3º Fica instituído os meses de abril e outubro como oficiais de comemoração.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo observar no que couber as diretrizes da Lei Federal nº 61513 de 1977.

Sala das Comissões, em 13/03/07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 617/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Comunicar & Crescer, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Lei).**

**O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, o Deputado Valdir Rossoni, com base no artigo 205 do Regimento Interno, levantou uma questão de ordem em relação ao trancamento da pauta. Então, V. Exa. vai responder. Se V. Exa. acolher a questão de ordem as votações feitas hoje ficam todas nulas porque naturalmente elas não poderia ocorrer, pela interpretação do Deputado Valdir Rossoni. Então, formulo essa questão de ordem a V. Exa., que é uma outra questão de ordem em cima da questão de ordem apresentada pelo Deputado Rossoni.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

É pertinente a questão de ordem de V. Exa. e a presidência não acata a questão de ordem levantada pelo Deputado Valdir Rossoni.

**Requerimentos****O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 478, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró, Durval Amaral, Ribas Carli Filho, Ademar Traiano e Osmar Bertoldi, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 479, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 481, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 489, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 491, de autoria dos Srs. Deputados Alexandre Curi e Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 483 e 484, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, às 10h, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 663 e 866/07; 001, 014, 025 e 030/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 762/07; 040, 048 e 051/08.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Diretoria Geral****Portarias****PORTARIA Nº 053/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1929, datado de 17/03/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, MARIANA CAZAMAJOU CELLI, matrícula nº 40255, para permanecer prestando serviços junto ao Departamento de Estradas e Rodagem até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18/03/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 054/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1930, datado de 17/03/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, REGINA FISCHER PESSUTI, matrícula nº 41260, para permanecer prestando serviços junto ao Governo do Estado até 31/12/08, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18/03/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 055/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1931, datado de 17/03/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, DORIVAL CAETANI, matrícula nº 40271, para permanecer prestando serviços junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18/03/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral